

DOCUMENTO: D.005.01  
Controle de Revisões



## Programa de Educação Ambiental de São Paulo - PEA-SP

### Relatório Final de Diagnóstico Participativo - Litoral Norte

Novembro/2012



WALM ENGENHARIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Apinagés, nº 1.100 – Conj. 609 – Perdizes  
CEP: 05017-000 São Paulo – SP.

Fone: (11) 3873-7006 / Fax: (11) 3873-7020  
walm@walmambiental.com.br  
[www.walmambiental.com.br](http://www.walmambiental.com.br)

CONTROLE DE REVISÕES			
Revisão	Data	Responsável	Visto
1	30/10/2012	Marcia	
2	14/11/2012	Lucas	
3	14/11/2012	Sueli	

**Diagnóstico Participativo**  
**Programa de Educação Ambiental**  
**PEA-SP - Região 03**

**Relatório Regional**  
**LITORAL NORTE**



**NOVEMBRO/2012**

## ÍNDICE GERAL

I - APRESENTAÇÃO .....	5
II – COMUNIDADES NA ÁREA DE INFLUENCIADOS EMPREENDIMENTOS A CADEIA PRODUTIVA DE PETRÓLEO E GAS.....	7
III – METODOLOGIA .....	16
III.1 – Caracterização socioambiental e levantamento de dados secundários .....	17
III.2 - Seleção de agentes locais.....	19
III.3 - Oficinas de nivelamento conceitual e planejamento.....	21
III.4 - Definição das ferramentas de diagnóstico participativo e suas adequações ao longo do processo de DP .....	23
III.5 - Mobilização dos grupos sociais.....	27
III.6 - Reuniões de Diagnóstico Participativo.....	29
III.7 - Sistematização dos resultados e análises .....	33
IV - ANÁLISE REGIONAL.....	34
IV.1- Caracterização do Litoral Norte.....	34
IV.2- Organização social e política das comunidades.....	34
IV.3 - Cadeia produtiva da pesca artesanal .....	50
IV.4 - Gestão ambiental do território .....	54
IV.5 - Infraestrutura e políticas públicas .....	65
IV.6 - Perspectivas socioeconômicas.....	71
V. ANÁLISE MUNICIPAL.....	78
V.1 - Ubatuba .....	78
V.2 – Caraguatatuba .....	80
V.3 - São Sebastião.....	82
V.4 - Ilhabela .....	83
VI – SUBSÍDIOS E DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DO PEA-SP .....	85
VIII - BIBLIOGRAFIA .....	93
IX - RESPONSÁVEL TÉCNICO .....	97

## QUADROS

Quadro I.1 - Setorização dos municípios que integram a área de influência dos empreendimentos da PETROBRAS na Bacia de Santos – região 3 (PEA-SP) .....	5
Quadro III.1-1- Comunidades inseridas no PAPP e projetos em andamento .....	19

Quadro IV -1 - Informações demográficas - Litoral Norte .....	35
(Ano de 2000 e 2010) .....	35
Quadro IV-2 - Instalações da PETROBRAS no Litoral Norte/SP .....	42
Quadro IV.4-1 - Características do Terminal Almirante Barroso – TEBAR .....	60
Quadro IV.4-2 - Principais vazamentos de óleo no litoral de São Paulo (1974 – 1999) .....	62
Quadro VI.1 - Temas socioambientais priorizados no Litoral Norte ...	87
Quadro VII-1 - Perfil dos profissionais envolvidos no DP do Litoral Norte.....	92
Quadro IX-1 - Responsável Técnico pelo projeto .....	97

## FIGURAS

Quadro IV-2 - Instalações da PETROBRAS no Litoral Norte/SP 42 .....	2
Figura II.1 - Comunidades participantes do PEA-SP no Litoral Norte ...	9
Figura II.2 - Fogão a lenha, símbolo das culturas rústicas caipira e caiçara (Ilhabela) .....	12
Figura II.3 - Paisagem típica caiçara: casario de pau a pique, barcos e redes no entorno das casas (Ilhabela) .....	12
Figura III.2-1 Candidatos do litoral norte na dinâmica de apresentação	20
Figura III.2-2 Candidatos discutindo sobre princípios da educação ambiental.....	20
Figura III.3-1 Agentes local participando de treinamento de nivelamento conceitual.....	22
Figura III.4-1 Imagem parcial da linha do tempo aplicada em comunidade de Ubatuba .....	25
Figura III.4-2 Atividade lúdica para estimular a reflexão sobre a união da comunidade de Ilhabela .....	26
Figura III.4-3 Fechamento do DP com roda de celebração e agradecimentos em Caraguatatuba.....	26
Figura III.5-1 - Mobilização na casa de família caiçara/ pescador (Ilhabela).....	27
Figura III.5-2 - Entrega de convites para caiçara (Ubatuba) .....	28
Figura III.6-1 - Momento de combinado entre os participantes para iniciar a atividade do mapa da comunidade.....	30
Figura III.6-2 - Etapa final de construção do mapa (Ilhabela) .....	30
Figura III.6-3 Atividade com as crianças da comunidade para que os pais pudessem participar do DP (Ilhabela) .....	31

Figura III.6-4 Discussão em grupos para levantamento de potencialidades, fragilidades e caminhos possíveis (São Sebastião). 31	31
Figura III.6-5 Elaboração da matriz problemas (Caraguatatuba) ..... 32	32
Figura III.6-6 Participantes do DP priorizando os temas socioambientais (Ubatuba) ..... 32	32
Figura III.6-7 - Acesso a comunidade de Ilhabela por trilha ..... 32	32
Figura III.6-8 - Desembarque nas pedras (Ilhabela)..... 32	32
Figura IV.1-1 - Vista aérea da Praia da Tabatinga (Caraguatatuba) ocupada por condomínio de alto padrão e destaque do que restou de praia para os pescadores..... 38	38
Figura IV.1-2 Ocupação das encostas por casas de alto padrão (Ilhabela)..... 40	40
Figura IV.1-3 Vista aérea da Bacia do Rio Juqueriquerê, com a localização da UTGCA ..... 41	41
Figura IV.2-1 - Mobilização na Colônia de Pescadores Z10 (Ubatuba) 44	44
Figura IV.2-2 - Mapa da comunidade caiçara de agricultura familiar (Sertão do Ubatumirim/Ubatuba) retratando plantio de banana, roça de mandioca, fabrico de farinha de mandioca, coleta de polpa de Jussara. .... 48	48
Figura IV.3-1 - Pescador de Ilhabela em sua peixaria, atende comerciantes e turistas. Armazenamento em isopor. O filho ajuda na manipulação do pescado e na pesca. .... 52	52
Figura IV.3-2 - Pescador exibe orgulhoso o resultado da pescaria no dia do DP (Enseada, São Sebastião)..... 54	54
Figura IV.3-3 - Rede de pesca colocada para secar (Ilhabela) ..... 54	54
Figura IV.4-1 – Terminal Almirante Barroso – TEBAR com indicação do píer norte e sul e destaque dos tanques de armazenamento. Fonte: Google Earth (set/2012)..... 61	61
Figura IV.5-1 - Aviso de congelamento da área (São Sebastião) ..... 69	69
Figura IV.5-2 - Bairro em situação irregular (na encosta) (São Sebastião)..... 69	69
Figura IV.6-1 - Artesanato em taquara, típico das comunidades pesqueiras da Ilha de Búzios (Ilhabela) ..... 72	72
Figura IV.6-2 - Artesanato em madeira - Pr. da Serraria (Ilhabela).... 72	72
Figura VII.1 - Praia da Enseada (São Sebastião) ..... 93	93

## ANEXOS

Anexo I - Etapa de mobilização

Anexo II - Etapa de Reuniões de DP

Anexo III - Relatório Municipal de Ubatuba;

Anexo IV- Relatório Municipal de Caraguatatuba;

Anexo V - Relatório Municipal de São Sebastião;

Anexo VI - Relatório Municipal de Ilhabela

Anexo VII – Matriz de Análise Processual

*"Não há saber mais, nem saber menos,  
há saberes diferentes" (Paulo Freire)*

## I - APRESENTAÇÃO

Neste documento é apresentado o resultado do Diagnóstico Participativo (DP) do Programa de Educação Ambiental (PEA), desenvolvido na área de influência dos empreendimentos de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás na região 3 – São Paulo (SP) da Bacia de Santos, cujo processo de licenciamento é conduzido pela CGPEG/IBAMA.

O Diagnóstico Participativo foi realizado nos 16 municípios do litoral do Estado de São Paulo regionalizados em três setores como segue no **Quadro I.1**.

### **Quadro I.1 - Setorização dos municípios que integram a área de influência dos empreendimentos da PETROBRAS na Bacia de Santos – região 3 (PEA-SP)**

Setor	Municípios integrantes
Norte	Ubatuba, Caraguatatuba São Sebastião e Ilhabela
Centro	Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.
Sul	Ilha Comprida, Iguape e Cananeia

Os resultados serão apresentados com base nesta regionalização por retratar realidades distintas, em diferentes estágios de desenvolvimento e crescimento socioeconômico, apesar das semelhanças quanto à formação histórica dos territórios em questão. Este é o RELATÓRIO REGIONAL DO LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. No entanto, destaca-se que o planejamento das atividades e as definições metodológicas do diagnóstico participativo foram compostos considerando todo o litoral de São Paulo, portanto a estrutura e por vezes o conteúdo dos capítulos I, II e III são semelhantes entre este e os relatórios do litoral centro e sul, e a partir da do item IV são tratadas a caracterização e especificidades de cada região.

Para se chegar aos resultados expostos foi adotado o conceito de diagnóstico participativo da Nota Técnica CGPEG/IBAMA n. 01/2010 página 2/37, o qual preconiza uma propositura pedagógica, coletiva e



participativa. Este favoreceu a reflexão e a análise crítica por parte dos grupos envolvidos quanto à realidade que os cercam, sobretudo quanto à fragilidade das suas organizações sociais e de classe; os problemas e conflitos que cerceiam possibilidades de melhor desenvolvimento de suas principais atividades produtivas, destacadamente a pesca; e os impactos socioambientais e econômicos gerados pelos empreendimentos de petróleo e gás na região e pela presença de Unidades de Conservação que restringe ou proíbe o uso dos recursos naturais e de seus espaços associados. Essas questões por vezes qualificam as atividades econômicas e organizacionais dessas comunidades, ou seja, não é só algo externo, mas intrínseco às relações que conformam historicamente os grupos sociais.

O item II apresenta o processo de ocupação do território onde as comunidades estão inseridas, caracterizando seu modo de vida e tradicionalidade, bem como apresentando ao leitor as comunidades inseridas no diagnóstico participativo.

O item III descreve a metodologia utilizada em cada etapa de execução do trabalho, passando pela (i) Caracterização socioambiental e levantamento de dados secundários; (ii) Seleção de agentes locais; (iii) Oficinas de nivelamento conceitual e planejamento; (iv) Definição das ferramentas de diagnóstico participativo; (v) Mobilização dos grupos sociais; (vi) Reuniões de Diagnóstico Participativo e, por fim, (vii) Sistematização dos resultados e análises. Neste item, além da apresentação das ferramentas e metodologia utilizadas (**Anexos I e II**) é apresentada uma análise sobre os resultados obtidos na execução destas etapas à luz das metas previstas no Plano de Trabalho e, quando conveniente, destacando as dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho.

Os resultados obtidos estão apresentados em duas escalas de análise sendo a primeira relativa à análise regional (item IV), onde serão abordadas as temáticas que envolvem as comunidades



selecionadas para o diagnóstico e o processo de licenciamento de petróleo e gás que extrapolam os limites municipais. Neste item, portanto, são apresentados problemas, conflitos e potencialidades socioambientais que ocorrem em uma escala regional envolvendo as temáticas de i) organização social e política das comunidades, principalmente, com relação às suas organizações de classes; ii) cadeia produtiva da pesca artesanal; iii) gestão ambiental do território; iv) infraestrutura e políticas públicas; e v) aspectos socioeconômicos.

O item V tem o objetivo de descrever de forma sucinta algumas especificidades de resultados encontrados em cada município e que não estão contidos na análise regional (IV), evidenciando também algumas limitações e dificuldades encontradas nesta escala de atuação. Vale lembrar que este item pretende destacar os principais conflitos encontrados no âmbito do município e relacioná-los com os problemas e as potencialidades levantadas pelos grupos diagnosticados. Detalhes e análises sobre todos os resultados obtidos nesta escala seguem em anexos relativos aos relatórios municipais (**Anexo III - Ubatuba; Anexo IV- Caraguatatuba; Anexo V - São Sebastião; Anexo VI - Ilhabela**).

Por fim, após as análises regional e municipal são apresentados os temas socioambientais regionais. Esse item abarca a síntese de todo o processo de diagnóstico participativo a partir do qual serão fornecidos subsídios para a definição dos sujeitos prioritários das ações educativas e dos projetos do PEA-SP - Litoral Norte.

## **II – COMUNIDADES NA ÁREA DE INFLUENCIADOS EMPREENDIMENTOS A CADEIA PRODUTIVA DE PETRÓLEO E GAS**

O Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-SP foi exigido pelo IBAMA nos processos de licenciamento ligados aos empreendimentos de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás natural da PETROBRAS na região 3 – São Paulo (SP) – Bacia de Santos.

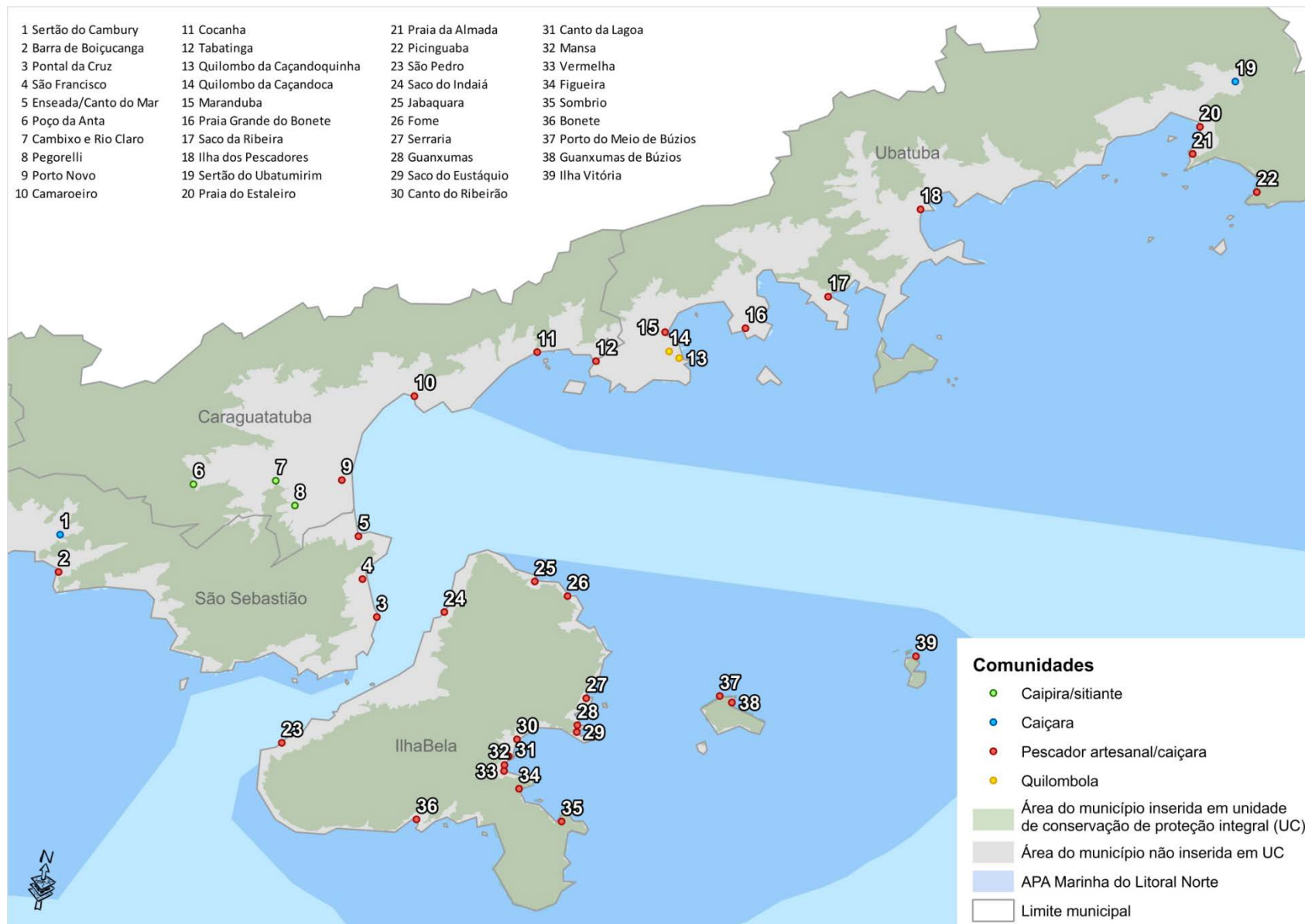
O Diagnóstico Participativo do PEA-SP selecionou comunidades do litoral norte a partir dos levantamentos realizados na caracterização socioambiental. Foram selecionadas 40 comunidades (**Figura II.1**). No plano de trabalho do diagnóstico participativo foram estabelecidos quatro critérios para a escolha das comunidades.<sup>1</sup>, mas destaca-se que preponderou o grau de dependência dos recursos naturais para a sua reprodução socioeconômica e cultural, o que torna essas comunidades mais suscetíveis aos impactos dos empreendimentos de petróleo e gás. Para o litoral norte foram considerados os pescadores artesanais, os agricultores familiares e os quilombolas.

Todos os grupos possuem semelhanças devido ao modelo sociocultural de adaptação ao meio, de ocupação dos espaços e de utilização dos recursos naturais fortemente influenciados pelas populações indígenas que marcam até os dias atuais as populações das regiões mais isoladas e interiorizadas do país e, conseqüentemente, do litoral. Esses grupos são conceituados e descritos por Diegues e Arruda (2001) que os agrupa na categoria de populações tradicionais não indígenas segundo seus traços culturais, modo de vida, relações de trabalho e inserção no mercado.

A maior parte do grupo se autoidentifica como caiçara. Os caiçaras são resultado da mistura entre branco e índio e em menor escala da mistura de brancos e negros. Em São Paulo, o modo de vida chamado caipira e caiçara por Darcy Ribeiro (1998) e Antonio Cândido (2001) vai se formando nos períodos de crise entre um ciclo econômico e outro.

---

<sup>1</sup> Os critérios do Plano de Trabalho são: a) entorno das instalações da UO-BS na região 3 (PEA-SP) com vulnerabilidade social alta; b) Comunidades tradicionais impactadas pelos empreendimentos de petróleo e gás da UO-BS na região 3 (PEA-SP) (sobretudo pescadores artesanais e quilombolas); c) Comunidades impactadas pelos empreendimentos de petróleo e gás da UO-BS na região 3 (PEA-SP) (sobretudo agricultores familiares e); d) Grupos sociais no entorno de unidades de conservação quer estejam também enquadrados em pelo menos um dos critérios elencados acima;



**Figura II.1 - Comunidades participantes do PEA-SP no Litoral Norte**

Havia, nos dois primeiros séculos de colonização, uma enorme população de excluídos, no processo de dominação conduzido por um Estado patrimonialista em construção, que dispunham como único recurso econômico das terras virgens e sem valor para dela tirarem seu sustento. Instala-se dessa forma *“uma economia natural de subsistência, dado que sua produção não podia ser comercializada senão em limites mínimos”* (RIBEIRO, 1998:383). É nesse momento histórico e econômico que se propaga a agricultura itinerante, a derrubada e queimada de áreas florestadas para o plantio das roças anuais e sua complementação com a caça, a pesca, a coleta de frutos e raízes.

Importante ressaltar que as características descritas pela bibliografia de referência são encontradas ora parcialmente, ora somente em alguns poucos traços nos grupos sociais abarcados pelo PEA-SP, o que não significa que o modo de vida não esteja presente e que não possam mais ser parte desta cultura. Toda cultura se transforma conforme a realidade e os desafios a ela impostos. As transformações são parte das estratégias de sobrevivência dos grupos, uma vez que não há culturas congeladas (CUNHA, 2001; FURLAN, 2000).

As comunidades que incorporam técnicas e tecnologias modernas e novas atividades produtivas para a manutenção da renda não se descaracterizam, não perdem o que as diferencia das comunidades urbano-industriais. Isto porque o modo como se dá a transformação e apropriação da natureza é o tradicional. O paradigma do *poder de sedução* das tecnologias e o mito do *bom selvagem* precisam ser desfeitos para uma abordagem que contemple os benefícios das modernizações tecnológicas e na mesma medida o respeito ao saber do outro, do diferente, do rústico do indivíduo que pertence a uma cultura diferente da ocidentalizada, urbano-industrial e globalizada (NUNES, 2003).

Partindo dessa concepção, passa-se a classificar os grupos sociais de acordo com suas características tradicionais.

Os grupos de agricultores familiares presentes nos municípios de Caraguatatuba (comunidade de Poço da Anta, Pegorelli, Cambixo e Rio Claro) e Ubatuba (sertão do Ubatumirim) trazem na origem histórica de sua formação traços culturais diferentes. Os agricultores familiares de Caraguatatuba se enquadram segundo Diegues e Arruda (2001) na categoria de **sitiantes ou caipiras**. São pequenos sitiantes ou meeiros, cuja produção atende às necessidades da família e também de um mercado local ou regional, que necessitam da figura do atravessador para comercializar seus produtos. Em muitos casos não possuem a posse legal da terra, nem dos instrumentos de trabalho necessários à sua produção. Estão localizados em pequenos núcleos, no que restou de área rural, espremidos entre a expansão urbana da cidade e a Serra do Mar com diversas restrições ambientais legais de uso e ocupação.

...”são em grande parte, sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Sudeste e Centro-oeste, em pequenas propriedades nas quais desenvolvem atividades agrícolas e de pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado... A pequena propriedade caipira acabou sendo incorporada pela grande propriedade e, somente conseguiu subsistir em nichos onde a mecanização agrícola não pôde avançar, como nas áreas montanhosas da mata atlântica e serra do mar” (DIEGUES e ARRUDA 2001:45).

Os agricultores do Sertão do Ubatumirim (Ubatuba) se identificam como **caiçaras**. Vivem da terra e até as décadas de 1960/70 viviam da pesca e da agricultura. Com a chegada dos turistas e da construção da BR 101 foram sendo empurrados em direção à serra e, aos poucos se fixando na área do sertão. Alguns dos mais respeitados mestres-canoeiros de Ubatuba estão entre os antepassados dos atuais agricultores familiares do Sertão do Ubatumirim.

Segundo autores como Diegues (1983), Mourão (1971) esse grupo era considerado caiçara “agricultor/pescador” e se encontra reduzido em face da dificuldade de continuar a prática da agricultura



itinerante, de queima, em vista das proibições ambientais e da criação das unidades de conservação da natureza.

“... comunidades formadas pela mescla étnico-cultural de indígenas, de colonizadores portugueses e, em menor grau, de escravos africanos. Os caiçaras têm uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Sua decadência, em particular no setor agrícola, incentivou as atividades de pesca e coleta em ambientes aquáticos, sobretudo os de água salobra, como estuários e lagunas.” (DIEGUES e ARRUDA, 2001:42)



**Figura II.2 - Fogão a lenha, símbolo das culturas rústicas caiçara e caiçara (Ilhabela)**



**Figura II.3 - Paisagem típica caiçara: casario de pau a pique, barcos e redes no entorno das casas (Ilhabela)**

É comum os grupos de pescadores se identificarem como **caiçaras** e **pescadores artesanais**. Esse fato foi registrado em todos os 34 grupos trabalhados no PEA-SP. Muitos falam da herança caiçara, da tradição do modo de vida e lamentam não mais poder exercer algumas das atividades mais tradicionais, como o plantio da roça de mandioca e o fabrico da farinha; das festas para agradecer a produção agrícola ou a boa pesca; do extrativismo vegetal. Muitos reconhecem que hoje a renda adquirida com a pesca é insuficiente e que parte dos pescadores necessita exercer atividades não vinculadas ao modo de vida tradicional para complementar a renda. Os grupos estão espalhados por todo o litoral em áreas urbanizadas, em praias afastadas dos centros e em comunidades relativamente isoladas.

“Essa categoria de população tradicional tem seu modo de vida assentado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades

econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Embora sob alguns aspectos possa ser considerada uma categoria ocupacional, os pescadores, em particular aqueles chamados artesanais, têm modo de vida peculiar, praticam a pequena pesca, cuja produção é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A unidade de produção costuma ser a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes longínquos. Apesar de grande número de eles viverem em comunidades litorâneas não urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo dessa forma uma solidariedade baseada na atividade pesqueira.” (DIEGUES e ARRUDA, 2001:48,49)

Por fim há o grupo que se autoidentifica como **quilombolas** pela sua cultura e história particulares com influência marcante nas atividades agrícolas e religiosas. Os grupos do Quilombo da Caçandoca<sup>2</sup> vivem atualmente das atividades relacionadas à cadeia do turismo, das tradições culturais com as festas onde predominam o artesanato, a religiosidade e a culinária de origem africana. Poucos se dedicam à agricultura ou a pesca.

“... são descendentes de escravos negros, que sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas por outros proprietários. Apesar de existirem desde a escravatura, no fim do séc. XIX, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, na maioria das vezes, não possuem escritura, mas tiveram garantidos seus direitos com a Constituição de 1988. Vivem, em geral, de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, variando de acordo com as regiões em que estão situados.” (DIEGUES e ARRUDA, 2001:49).

Foi possível observar ao longo do diagnóstico participativo que esses grupos guardam diversas semelhanças entre si, principalmente no que se refere às atividades econômicas e às dificuldades de acesso a crédito, inserção no mercado, falta de extensão rural e pesqueira, não regularização de documentação necessária para o exercício da atividade, e de organização formal, além de sofrer restrições da legislação ambiental e de unidades de conservação sobre seu modo de vida.

<sup>2</sup> Quilombo da Caçandoca: foram realizados DP em dois grupos neste quilombo: da Caçandoca e Caçandoquinha, essa divisão se justifica pelos conflitos internos da comunidade.



O entendimento dos períodos históricos por quais passou a região é de extrema importância para o entendimento das configurações territoriais atuais e das características culturais dos grupos sociais do PEA.

Segundo Luchiari (1999) desde o período colonial, diferentes forças econômicas impulsionaram mudanças do litoral norte em relação ao mundo, demandando da região diferenciadas formas de organização social e do trabalho, habilidades técnicas e configurações territoriais distintas, que deram textura ao tempo e construíram materializações e espacializações únicas. Essas diferenciações são importantes de serem entendidas para possibilitar a compreensão das formas de organização atuais das comunidades consideradas tradicionais.

No período colonial, o qual abrange praticamente três séculos (de 1.500 ao final do século XIX), o papel da região, no contexto nacional e mundial, pouco se alterou, pois *“com a adequação do território conquistado aos ciclos da economia mercantil, o contexto regional oscilava entre uma dinâmica de inserção e uma dinâmica de isolamento, ambas fazendo parte de uma mesma lógica geral: a integração ou marginalização da região na política econômica mundial de produtos para a exportação.”* (LUCIARI, 1999:79).

E no âmbito regional, da mesma forma, os pequenos núcleos que se formaram na costa, em locais com condições difíceis à vida humana, gravitavam ao redor de centros maiores, onde era comercializada a parca produção de peixes, farinha de mandioca, anil. Dada a precariedade da comunicação por terra, muitas das comunidades interligavam-se apenas por mar. Na verdade, esta é a realidade de vários pequenos núcleos populacionais ainda hoje. Muitos deles são identificados pela população da área urbana dos municípios do litoral norte e mesmo na literatura, como *comunidades isoladas*. O adjetivo, entretanto, não condiz com o sistema de relações estabelecido no decorrer do período de maior estagnação econômica e maior fechamento dos núcleos litorâneos. Os pequenos

núcleos estabeleceram, entre eles, fortes relações sociais, marcadas pelos matrimônios, pelo compadrio, pelos mutirões na colheita da lavoura ou na puxada da canoa e pelas festas religiosas. A sociabilidade decorrente deste período é presente no sentimento de pertencimento ao lugar, na construção da identidade territorial manifesta nos dias de hoje.

A partir da abertura das estradas ligando o planalto ao litoral norte, entre as décadas de 1950 e 1970, começam a se delinear os vetores que iriam transformar definitivamente a organização socioespacial regional. É o início de uma ruptura, quando a valorização turística das paisagens naturais até então preservadas, passa a ser o principal vetor de integração da região ao contexto estadual e nacional. Ainda *“não havia barreiras para o acesso ao mar ou ao sertão, e a fluidez territorial possibilitava o encontro e a liberdade de diferentes grupos sociais: veranistas, aventureiros, caiçaras, imigrantes, campistas, todos podiam circular por todos os lugares.”* (LUCHIARI, 1999:79).

No entanto, novas mudanças já começavam a se esboçar: as terras estavam sendo vendidas, a acessibilidade vinha sendo facilitada através da melhoria da malha viária e da popularização do automóvel, as fronteiras do Parque Estadual da Serra do Mar começavam a serem planejadas, novos empregos e serviços eram gerados e demandavam mão de obra local, induzindo o caiçara à inserção nesta economia do setor terciário, a dinâmica regional era alterada pelos fluxos migratórios e assim ia ocorrendo a transformação cultural e socioespacial local.

Mais recentemente,

*“(...) existe uma tendência de apropriação da cultura pela atividade turística, justamente por esta refletir especificidades, um dos fatores que atraem um número expressivo de turistas para determinada localidade”* (CALVENTE, 2012:12).

No entanto, a cultura caiçara sempre foi vítima de desvalorização, sobretudo a partir de uma leitura evolucionista que

vê as chamadas culturas tradicionais como arcaicas e atrasadas na comparação com as culturas das sociedades urbano-industriais.

Merlo (2000) reproduz um excerto de publicação de um jornal sobre Ilhabela que exemplifica simultaneamente o apelo cultural para a visitação turística, quanto o desprezo pela cultura caiçara:

“Aqui existem pequenas comunidades de artesãos e pescadores, que aceitaram pacificamente a invasão dos seus mares por petroleiros, transatlânticos, navios, lanchas, iates e velas, que misturados às coloridas traineiras, bateiras e canoas dão ‘aquele charme’ à vida local. (Jornal da Ilha, dez./96, p. 14)”

A apropriação do território – base da construção da identidade – pela atividade turística transforma o bem patrimonial em *objeto de consumo* e estabelece o conflito entre esse e o bem patrimonial como *memória social*. (CALVENTE, *op.cit.*)

Conforme Luchiari (1999:80) “assim, em um inevitável convívio, estão conjugadas ou segregadas as diversas sociabilidades, dos grupos indígenas, caiçaras, comunidades de negros, diferentes grupos de turistas, de ambientalistas, de empresários ou de imigrantes de todo o espectro socioeconômico.” Convívio que é gerador de diversos conflitos socioambientais identificados até o período atual como será apresentado no decorrer deste relatório.

### III – METODOLOGIA

Este item apresenta o conjunto de atividades realizadas ao longo do Diagnóstico Participativo que teve por objetivo definir os sujeitos prioritários para as ações educativas do PEA-SP no setor litorâneo norte. De modo geral o trabalho foi delineado em cinco etapas e nove metas, cujo detalhamento é apresentado a seguir em ordem cronológica. No **Anexo VII** está apresentada a matriz de análise processual associada às atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho.

### III.1 – Caracterização socioambiental e levantamento de dados secundários

Para definir os grupos sociais que deveriam participar da etapa de Diagnóstico Participativo do PEA-SP, foi realizada uma etapa preliminar com duas frentes de trabalho: o levantamento de dados secundários e a caracterização socioambiental.

O levantamento de dados secundários teve por objetivo subsidiar a caracterização ambiental fornecendo suporte para uma análise prévia sobre a realidade a ser encontrada em campo, sobre os municípios e grupos sociais.

A caracterização socioambiental<sup>3</sup> foi realizada entre 18 de maio a 09 de julho de 2011 por duas equipes de trabalho nos quatro municípios do litoral norte de São Paulo. As atividades realizadas no período foram essencialmente contato com as instituições públicas ligadas à gestão territorial municipal (principalmente prefeitura e suas secretarias) para obtenção de informações sobre as comunidades e suas lideranças, entrevistas com as lideranças identificadas e visitas às comunidades.

Tal etapa objetivou identificar comunidades que atendiam aos critérios de alta vulnerabilidade no entorno de unidades de conservação e de unidades industriais da PETROBRAS.

Considerando o Parecer Técnico CGPEG/DILIC/IBAMA n. 123/10 que indica: *“as ações de educação ambiental no licenciamento conduzido por esta Coordenação devem preservar a intencionalidade de mitigar impactos da atividade licenciada”*, foram priorizados os grupos sociais que potencialmente são diretamente afetados pelos empreendimentos de petróleo e gás na área de abrangência do PEA-SP. Sendo assim, das 54 comunidades identificadas no litoral norte, foram selecionadas 40 para as etapas subsequentes do DP como já relatado no Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo aprovado pela CGPEG/IBAMA.

<sup>3</sup> A caracterização socioambiental elaborada foi apresentada à CGPEG/IBAMA como Anexo 02 do Plano de Trabalho aprovado.

Neste aspecto, o litoral norte tem uma especificidade em relação aos demais setores litorâneos pela inserção compulsória de comunidades que participam do Programa de Ação Participativa da Pesca (PAPP)<sup>4</sup>. Trata-se do programa de compensação do impacto sobre a atividade pesqueira, ocasionado pela instalação da parte marítima do gasoduto que liga a Plataforma de Mexilhão (PMXL-1) à UTGCA - Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba. No período de realização do Plano de Trabalho participavam desse programa 22 comunidades com projetos específicos conforme apresentado no **Quadro III.1-1**<sup>5</sup>.

Cabe dizer que essas comunidades não foram visitadas durante a fase de caracterização socioambiental e as informações necessárias foram obtidas nos relatórios disponibilizados pela PETROBRAS.

Outras comunidades foram inseridas no programa PAPP em 2011, no entanto, primeiro elas participaram de todas as etapas do DP do PEA-SP e ao término iniciaram o processo de discussão, reuniões e seleção de projetos do PAPP, cujo desenrolar está nos relatórios de andamento enviados regularmente ao IBAMA.

As principais dificuldades encontradas nessa etapa foram: i) administrar o tempo escasso para o levantamento de campo em relação ao número de comunidades a serem estudadas e posteriormente identificar e caracterizar os grupos; ii) a logística de acesso aos grupos sociais que se localizam em comunidades situadas em regiões afastadas, muitas delas com acesso somente por barco; iii) a desconfiança e estranheza de parte das pessoas contatadas ao saber que o PEA-SP é um projeto da PETROBRAS e uma exigência do IBAMA – esse sentimento decorre do receio dos grupos sociais tradicionais pelo histórico de restrições, fiscalização e autuação a que são submetidos pelos órgãos ambientais.

<sup>4</sup> PCAP - Projeto de Compensação da Interferência da Atividade do Petróleo na Atividade Pesqueira - denominação genérica do projeto no processo de licenciamento ambiental

<sup>5</sup> O IBAMA é atualizado mensalmente através de relatórios enviados à CGPEG sobre os projetos de cada comunidade e a fase que estão. Será citado neste relatório sempre que houver interfaces ou interferências com o PEA-SP



### Quadro III.1-1 - Comunidades inseridas no PAPP e projetos em andamento

	COMUNIDADE	PROJETO ESCOLHIDO
UBATUBA	Picinguaba	Aquisição de veículo com caçamba frigorífica e cursos de Corte e costura e Mecânica de motores
	Ilha dos Pescadores	Nova sede para a Colônia de Pesca de Ubatuba - Z10
	Saco da Ribeira	Construção de rancho
	Maranduba	Aquisição de draga
CARAGUATATUBA	Tabatinga	Construção de Box de comercialização de pescado
	Cocanha	Construção de Box de comercialização de pescado
	Camaroeiro	Construção de fábrica de gelo
	Porto Novo	Reforma de embarcação
SÃO SEBASTIÃO	Enseada	Reforma de rancho e aquisição de guincho elétrico
	São Francisco	Projeto de engenharia para construção de píer
	Pontal da Cruz	Reforma de rancho
ILHABELA	Praia da Fome	Reforma de rancho
	Saco do Indaiá e Jabaquara	Construção de fábrica de gelo
	São Pedro	Reforma de ranchos com rampas em boas condições
	Porto do Meio - Ilha de Búzios; Saco do Sombrio; Guanxumas de Búzios; Pr. da Figueira; Guanxumas e Saco do Eustáquio e Ilha Vitória	Reforma de embarcações

### III.2 - Seleção de agentes locais

Simultaneamente à elaboração do Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo do PEA-SP, foi realizado o processo de seleção dos agentes locais - profissionais encarregados da interlocução direta com os grupos sociais ao longo de todo o DP. No litoral norte o processo se deu pela divulgação das vagas (01 por município) e perfil necessário dos profissionais entre as instituições contatadas durante a Caracterização Socioambiental e também pelas redes de educação ambiental do litoral norte (rede\_ea\_Insp@grupos.com.br ) e do Comitê de Bacias Hidrográficas do

Litoral Norte (CBH-LN). Das 30 inscrições recebidas foram selecionados até 05 candidatos de cada cidade. Todos os selecionados foram convidados a participar do “Curso de Formação e Seleção de Agentes Locais do PEA-SP”, realizado nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 2011, nas dependências do Núcleo Caraguatatuba do Parque Estadual da Serra do Mar.



**Figura III.2-1** Candidatos do litoral norte na dinâmica de apresentação



**Figura III.2-2** Candidatos discutindo sobre princípios da educação ambiental

O objetivo de ser fazer um processo de seleção a partir de um curso de formação foi ampliar as possibilidades de observação dos candidatos e fornecer elementos aos candidatos para conhecer melhor a complexidade do processo de licenciamento, da educação ambiental e das ferramentas de trabalho. Os trabalhos foram conduzidos pela coordenadora local do litoral norte acompanhada por uma técnica da área de comunicação social da WALM.

Durante o desenrolar do curso pode-se observar a integração e a participação de cada um dos candidatos, a assimilação do conteúdo e a habilidade para desenvolver os trabalhos. Os temas no curso foram abordados em apresentações visuais, dinâmicas de grupo e rodas de conversa em pequenos grupos. Os candidatos puderam trocar experiência nas diferentes atividades desenvolvidas entre eles, conhecer as temáticas que envolvem o PEA no licenciamento de atividades de petróleo e gás e como se daria sua atuação no desenvolvimento das atividades, no caso de serem selecionados.



### III.3 - Oficinas de nivelamento conceitual e planejamento

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre” (Paulo Freire)*

Ao longo do processo de diagnóstico participativo foram realizadas diversas oficinas para o nivelamento conceitual e metodológico de aspectos teóricos e práticos, bem como reuniões de planejamento e avaliação.

As oficinas de nivelamento conceitual geralmente ocorreram incluindo toda a equipe WALM e PETROBRAS envolvida no DP do PEA-SP e ocorreram em momentos estratégicos do cronograma de execução do trabalho, os quais se destacam:

- (i) Antes da aprovação do plano de trabalho, para nortear a construção do Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo do PEA-SP, promover uma capacitação dos agentes locais responsáveis pela mobilização das comunidades e, ainda, definir as atividades e ferramentas, além do detalhamento da programação a ser seguida em cada reunião de levantamento de dados primários;
- (ii) No período entre o final de 2011 e início de 2012, quando havia finalizado o processo de DP em cerca de 30% das comunidades selecionadas, com o objetivo de discutir as especificidades de cada setor litorâneo e avaliar as etapas de mobilização e de reuniões de DP realizadas, destacando os resultados positivos e negativos de cada ferramenta empregada nestas etapas. A partir desse processo avaliativo foram realizadas algumas adaptações na execução do DP, entre as quais se destacam: (a) diminuição no número de reuniões, avaliando-se a quantia de três encontros como suficiente para atingir os objetivos propostos em cada comunidade; (b) mudança de nomenclatura da última reunião de DP, pois o nome “devolutiva”, conforme previsto no plano de trabalho, por vezes gerou expectativa nos participantes que achavam que a definição final dos projetos do PEA-SP seria

apresentada naquela reunião, quando a função da mesma era somente validar as informações levantadas durante o processo e priorizar os temas ambientais a serem propostos e (c) a incorporação da ferramenta “linha do tempo” para facilitar o levantamento de problemas e conflitos relacionados à cadeia de petróleo e gás. Ainda neste período iniciaram-se as discussões e orientações sobre a composição e apresentação dos relatórios municipais; e

- (iii) Após o término da coleta de dados em campo, para discussão e definição da composição e apresentação deste relatório de diagnóstico participativo.



**Figura III.3-1 Agentes local participando de treinamento de nivelamento conceitual**

Além das oficinas e reuniões realizadas entre a equipe WALM, PETROBRAS e consultores da PETROBRAS, ao longo do processo

ocorreram também diversas reuniões de discussão, alinhamento e planejamento interno da equipe WALM. Essas reuniões ocorreram regularmente ao longo de todo o processo, geralmente envolvendo a coordenação geral com as coordenações de campo e equipe técnica de apoio dos três setores litorâneos. Em linhas gerais essas reuniões tiveram o objetivo planejar, avaliar e adequar a execução das atividades do DP do PEA-SP. Dentro das atividades e produtos gerados nestas reuniões destaca-se a elaboração dos cronogramas de execução das atividades; o compartilhamento sobre as especificidades de cada setor litorâneo para, a partir disso, alinhar a execução das atividades; a proposição e adaptação das ferramentas de coletas de dados nas diferentes etapas do DP; o alinhamento da forma de apresentação e comprovação das atividades realizadas,

entre outras tomadas de decisão que se apresentam consolidadas no relatório aqui apresentado.

Regularmente as equipes de campo de cada setor litorâneo realizaram, ainda, reuniões internas com objetivo de nivelamento conceitual e metodológico de aspectos teóricos e práticos do trabalho de campo e do processo de licenciamento em que o mesmo está envolvido. Dentre as atividades realizadas neste âmbito destacam-se a definição de agenda e atribuições de funções nas visitas às comunidades; atribuições de funções de relatoria, logística e execução das mobilizações e reuniões de DP; adaptações e alinhamento metodológico e conceitual com relação às tomadas de decisão em instâncias superiores de tomadas de decisão, entre outros. Cabe destacar que, considerando que os agentes locais estiveram sempre na linha de frente, mantendo contato direto, contínuo e em contextos muitas vezes mais favoráveis ao diálogo com as comunidades, tais reuniões foram importantes momentos de troca de experiência, percepções e saberes, significando uma fundamental interlocução entre as diferentes escalas de atuação na construção deste diagnóstico participativo.

Destaca-se, neste sentido, que este conjunto de oficinas, reuniões e encontros para compartilhamento, alinhamento, avaliação e tomadas de decisão nas diferentes esferas de atuação do DP do PEA-SP foram essenciais para realização de ajustes na construção e execução do trabalho aqui apresentado.

#### **III.4 - Definição das ferramentas de diagnóstico participativo e suas adequações ao longo do processo de DP**

A metodologia que norteou as atividades do DP do PEA-SP e a escolha das ferramentas foi a “pesquisa-ação”. *“Linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva, que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação”* (THIOLLENT, 1996:7). Muito frequente nos processos investigativos das ciências sociais essa metodologia é cada vez mais utilizada nos

projetos de intervenção socioambiental onde se busca *empoderar* os grupos, ou seja, dar ao grupo o protagonismo sobre sua vida, suas ações, a resolução de seus problemas. Suas principais características são:

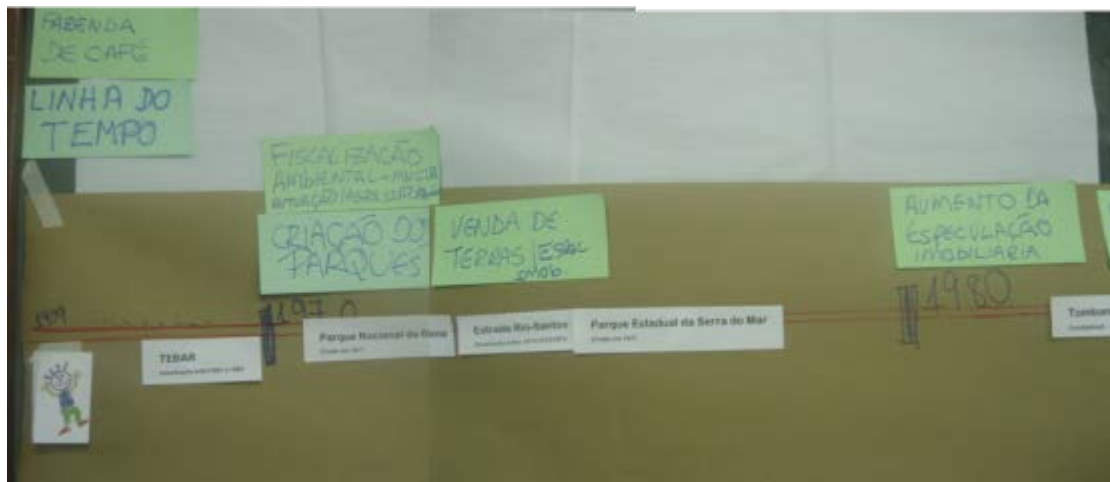
- Diagnóstico situacional como ponto de partida para identificação, com *voz e vez* para os indivíduos/grupos envolvidos.
- A pesquisa-ação envolve uma ação educativa - tanto para o grupo quanto para os educadores, técnicos e pesquisadores.
- Valoriza o saber empírico, reconhece que todos os saberes contribuem com o processo como um todo.
- Não é um indivíduo isolado que somado a outros indivíduos forma um grupo ou uma sociedade. É um ser social, produtor de conhecimento que compartilha as suas práticas, em determinados contextos, para transformar a realidade a que pertence (THIOLLENT, 1996).

O uso dessa metodologia tem como resultado esperado a apropriação de conhecimentos para investigar a realidade: desvelando quais aspectos se quer manter e o que precisa ser mudado. Com isso, pressupõe o fortalecimento dos envolvidos para a transformação pessoal e coletiva, reverberando no espaço, território e/ou situação.

Com o objetivo de *empoderamento*, para o diagnóstico participativo foram selecionadas ferramentas pedagógicas que estimulam a participação dos envolvidos. Ferramentas essas que possibilitaram *dar voz* a todos os presentes. Os grupos apreciaram esse método de trabalho que foi elogiado inúmeras vezes tanto verbalmente quanto nas avaliações escritas e em depoimentos colhidos ao final do processo.

Ainda com o intuito de resgatar e ressignificar as experiências vividas foram utilizados recursos metodológicos que trouxeram à tona a memória (mapa mental, linha do tempo, matriz de problemas). O uso da memória como recurso metodológico exerce um importante papel nos casos de conflito, pois possibilita o resgate, o reavivamento do passado da comunidade atualizado pelo momento presente.

Segundo Nunes (2003), as lembranças dinamizam as tradições, estimulam de forma positiva a autoestima do grupo e têm sido um instrumento metodológico utilizado em pesquisas com comunidades que sofreram impactos em sua vida comunitária, tais como a legislação ambiental restritiva, o crescimento urbano sobre áreas rurais, o turismo de massa e de segunda residência, a especulação imobiliária, entre inúmeros outros casos de perda de território ou esfacelamento do grupo social.



**Figura III.4-1** Imagem parcial da linha do tempo aplicada em comunidade de Ubatuba

As técnicas aplicadas para levantamento em campo foram ferramentas flexíveis e dinâmicas, adaptadas a cada grupo social e à realidade de cada comunidade para a coleta de dados primários:

- **Etapa 1 Mobilizações:** conversas informais com lideranças e outros membros da comunidade; aplicação dos registros de mobilização (específicos para cada um dos grupos sociais: pescadores; agricultores familiares, quilombolas);
- **Etapa 2 Reuniões para levantamento de dados:** mapa mental; linha do tempo; matriz de problemas; matriz de potencialidades; dinâmicas de apresentação e de quebra-gelo; discussão em grupos e em plenária; exposição de resultados; apresentação de conteúdos por meio de técnicas visuais (*datashow*); exibição de filme. Essas duas últimas não foram aplicadas nas comunidades que não possuíam energia elétrica, sendo substituídas por outras ferramentas.



O número de visitas de mobilização e de reuniões de DP também foi adaptado ao longo do processo frente à avaliação da equipe, à necessidade dos grupos ou à medida que surgiram dificuldades. Sendo assim das quatro reuniões propostas no Plano de Trabalho, passou-se a três após os dois primeiros meses de reuniões de DP, sem perda da qualidade nem de conteúdo, mas com a otimização do tempo e em face de maior apropriação dos conteúdos pela equipe técnica. Para as comunidades inseridas no PAPP foram feitas duas (conforme programado) ou uma única reunião dependendo do grau de insatisfação do grupo ou das limitações de logística e de condições de navegação.



**Figura III.4-2** Atividade lúdica para estimular a reflexão sobre a união da comunidade de Ilhabela



**Figura III.4-3** Fechamento do DP com roda de celebração e agradecimentos em Caraguatatuba

À luz dos resultados obtidos apresentados neste relatório, avalia-se que o conjunto de ferramentas aplicadas forneceu o suporte necessário para o entendimento das organizações sociais locais; para a identificação dos problemas, conflitos e potenciais de cada grupo e permitiram alcançar os resultados esperados e cumprir as metas de 1 a 5<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Meta 1: Estimular os grupos sociais prioritários sobre a importância da participação nos encontros de DP; Meta 2: Identificar e caracterizar problemas e conflitos socioambientais relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás; Meta 3: Identificar e caracterizar problemas e conflitos socioambientais não relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás; Meta 4: Identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo DP; Meta 5: Identificar e caracterizar os sujeitos prioritários da ação educativa.

### III.5 - Mobilização dos grupos sociais

A mobilização teve o objetivo de aproximar a equipe técnica com os sujeitos prioritários para motivá-los a participar no PEA-SP atendendo a Meta 1 do plano de trabalho, para tanto foi explicado e esclarecido sobre a realização do programa e da escolha das comunidades, foram convidadas as pessoas para as reuniões de DP e obtidas informações sobre as relações políticas, econômicas, sociais e culturais das comunidades previamente à realização das reuniões. Tais informações foram obtidas por meio da aplicação do registro de mobilização; na forma de entrevista semiestruturada e também por conversa informal com os mobilizados cujo detalhamento está no **Anexo I - Etapa de mobilização** e sucintamente descrito abaixo.

De modo geral na etapa de mobilização foram realizadas visitas às moradias, às sedes de organizações sociais, aos locais de concentração de pessoas como: pontos de embarque e desembarque de pescados; pontos de comercialização do pescado; comércio local; escolas.



**Figura III.5-1 - Mobilização na casa de família caiçara/ pescador (Ilhabela)**

Na mobilização 1 (M1) foi realizado o contato com as pessoas já entrevistadas na etapa de caracterização socioambiental. Nesses primeiros contatos foram apresentados os agentes locais, o PEA-SP e suas etapas, destacando as etapas de Diagnóstico Participativo do PEA, foram aplicados os registros de mobilização, viabilizando os locais para a realização das reuniões, horários e datas de preferência das pessoas, bem como a identificação de novos moradores e/ou organizações e lideranças para a atividade de Mobilização 2 (M2) seguindo a metodologia bola de neve ou *snow-ball* (BERNARD, 1988 e BAILEY, 1982). Notou-se a curiosidade, mas também certa



desconfiança das pessoas contatadas. Apesar de a maioria consentir em preencher o registro de mobilização, não se sentiram a vontade de colocar suas assinaturas. Motivo pelo qual ficou decidido não solicitar a assinatura de nenhuma das pessoas mobilizadas no litoral norte.

Na etapa de M2 os agentes locais ampliaram a divulgação das reuniões e contataram novamente as pessoas já mobilizadas na M1 para entrega da agenda de reuniões definida com os dados levantados anteriormente. Esse processo de definição das datas na primeira semana de conversas (M1) foi decisivo para o cumprimento do prazo de 15 dias de antecedência para notificar o IBAMA/CGPEG.



**Figura III.5-2 - Entrega de convites para caçara (Ubatuba)**

Durante a mobilização 3 (M3) os agentes locais retornaram com o material de divulgação para distribuição (convites individuais e folheto (*flyer*) informativo do PEA-SP) e cartazes que foram afixados em locais

estratégicos de fácil visibilidade para os moradores. Os moradores não encontrados no bairro foram lembrados das reuniões de DP por telefone.

A estratégia de mobilização por pessoas respeitadas e reconhecidas na comunidade e lideranças trouxe resultados muito positivos nas comunidades. Houve uma divulgação intragrupo a partir de todo processo de mobilização da equipe de campo a partir de estratégias próprias de multiplicação da informação como aviso nas reuniões de culto das igrejas, divulgação na rádio comunitária, distribuição de convites nas escolas, informação nos comunicados de

sindicato, associações de bairro e de classe, divulgação em reuniões de moradores.

Nas comunidades inseridas no PAPP houve mais resistência na aproximação em comparação com as demais. Como a minoria das comunidades não estavam com os projetos concluídos no momento da mobilização, boa parte dos pescadores artesanais consideraram a não conclusão de seus projetos até aquele momento como um “passivo ambiental” da PETROBRAS. Pelas dificuldades com as comunidades do PAPP optou-se por colocá-las estrategicamente no cronograma final, com a intenção de que avanços na implementação do projeto facilitassem a aproximação. No entanto, a morosidade dos projetos PAPP exigiu um esforço maior de mobilização, mas mesmo com essas dificuldades e limitações, todos os grupos foram mobilizados.

### III.6 - Reuniões de Diagnóstico Participativo

O levantamento de informações e dados primários por meio de reuniões de DP representa as Etapas de 2 a 5 do PEA-SP. Suas atividades foram realizadas no período de 08 de novembro de 2011 a 15 de setembro de 2012<sup>7</sup>, sendo interrompidas entre 20 de dezembro de 2011 a 22 de fevereiro de 2012, para não coincidir com a temporada de verão, período no qual as comunidades estão envolvidas com as atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo.

As reuniões de DP foram realizadas em média cinco dias após a M3, ocorrendo geralmente uma reunião a cada semana. Em 2011, quatro reuniões foram realizadas com as comunidades rurais e as comunidades de pescadores artesanais de Caraguatatuba e Ubatuba e três com os pescadores artesanais de Ilhabela por conta da especificidade dos grupos (dificuldade de acesso e de navegabilidade; comunidades muito retraídas no contato com os desconhecidos). Já em 2012 após avaliação do processo foram realizadas três reuniões de DP com o restante dos grupos.

<sup>7</sup> Foram realizadas no período 76 reuniões de DP.

Número menor de reuniões (duas ou uma) foi realizado com as comunidades de pescadores artesanais atendidas pelo PAPP. Tal fato decorreu pela utilização dos dados de diagnóstico gerados no âmbito do PAPP e que foram sistematizadas pelo PEA-SP no intuito de não demandar mais tempo da comunidade e de considerar e respeitar as informações levantadas anteriormente. No Plano de Trabalho consta que o mesmo procedimento seria aplicado às comunidades quilombolas. No entanto, as informações disponíveis sobre os grupos estavam defasadas e foram realizadas três reuniões com esses grupos.



**Figura III.6-1 - Momento de combinado entre os participantes para iniciar a atividade do mapa da comunidade**



**Figura III.6-2 - Etapa final de construção do mapa (Ilhabela)**

Todas as reuniões foram realizadas de modo participativo, ou seja, buscando conhecer a realidade das comunidades a partir da própria fala dos comunitários e assim *“construir e reconstruir, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre a realidade de modo dialógico com os sujeitos envolvidos no processo educativo, no sentido de superar a visão fragmentada da mesma.”* (LOUREIRO e CUNHA, 2008:239).

Destaca-se que a sequência de atividades seguiu a metodologia prevista para atender as Metas 2 a 5 estabelecidas para a etapa de obtenção de dados primários. Para tanto, foram utilizadas ferramentas que permitiram que tais dados fossem obtidos. O

detalhamento da programação e ferramentas utilizadas está no **Anexo II - Etapa de Reuniões de DP.**

Notou-se que a aplicação das ferramentas permitiu uma participação ativa de todos independentemente de seu grau de escolaridade e/ou habilidade escrita ou oral, provocando a reflexão e revivendo coisas e fatos que estavam esquecidas na memória; em outros casos despertou o interesse para o espaço de vida de cada um e do grupo, aguçando o sentimento de pertencimento da comunidade. Muitos relataram que as reuniões do PEA-SP foram diferentes das que estão acostumados a participar, uma vez que puderam expor livremente suas opiniões e tudo foi sendo registrado nas tarjetas (matrizes de problemas, impactos, potencialidades, caminhos possíveis) e puderam acrescentar ou corrigir informações no decorrer das reuniões.



**Figura III.6-3** Atividade com as crianças da comunidade para que os pais pudessem participar do DP (Ilhabela)



**Figura III.6-4** Discussão em grupos para levantamento de potencialidades, fragilidades e caminhos possíveis (São Sebastião)

Além disso, as reuniões trouxeram momentos de reflexão aos participantes sobre a necessidade de construção de uma organização que atenda aos interesses comuns do grupo, bem como a importância de se ouvir as opiniões alheias em um processo de tomada de decisão que afeta a coletividade; além de se ter atitude e acreditar no que se deseja.



Todas as reuniões de DP foram acompanhadas por membros da equipe técnica da PETROBRAS – o que possibilitou que dúvidas e esclarecimentos sobre o empreendedor pudessem ser feitos na hora em que surgiram.

As principais dificuldades para a realização das reuniões foram a logística de acesso e condições de navegabilidade, comum a muitas comunidades do litoral norte.



**Figura III.6-5** Elaboração da matriz problemas (Caraguatatuba)



**Figura III.6-6** Participantes do DP priorizando os temas socioambientais (Ubatuba)

O descritivo do diagnóstico participativo (mobilização e reuniões de DP) por comunidade segue anexo aos relatórios municipais conforme relatado no item V deste relatório regional.



**Figura III.6-7** - Acesso a comunidade de Ilhabela por trilha



**Figura III.6-8** - Desembarque nas pedras (Ilhabela)

### III.7 - Sistematização dos resultados e análises

As informações geradas no processo de DP subsidiaram tanto a elaboração dos relatórios descritivos de cada grupo social como também os relatórios descritivos por comunidade; os municipais e o regional.

São parte dessas informações as evidências da realização das etapas de 1 a 4 e os meios de verificação como as listas de presença, os cadastros de participantes, os registros de mobilização, os protocolos de entrega de convites, as avaliações de acompanhamento e finais e os registros fotográficos de cada atividade realizada.

A fim de registrar com precisão e fidelidade as informações levantadas, os agentes locais utilizaram “cadernos de campo” onde as informações mais relevantes foram registradas durante as mobilizações e reuniões de DP e para cada reunião um dos agentes teve a função de consolidação da relatoria dos resultados obtidos, além disso, as reuniões de DP foram a sua maior parte gravadas em áudio, porém com grau de qualidade diferenciado por conta dos variados locais onde foram realizadas, como salas de aula, praça, quiosque, entre outros.

Os produtos gerados nas reuniões de DP foram sistematizados pela equipe técnica e revisados. As informações coletadas foram organizadas e é parte integrante dos anexos por comunidade, que são anexos dos relatórios municipais.

As análises foram construídas a partir dos dados primários levantados no campo aliando a fala dos participantes e a percepção da equipe técnica com dados secundários e bibliografia de referência sobre os diferentes temas. Com isso buscou-se fazer uma triangulação entre os dados primários obtidos ao longo da execução do diagnóstico, com dados secundários disponíveis que subsidiaram o entendimento dos resultados e com o suporte da bibliografia a cerca dos temas tratados. Algumas falas emblemáticas dos participantes

foram inseridas para exemplificar o contexto das discussões, mas preservando a identidade do autor.

#### IV - ANÁLISE REGIONAL

Muitos dos aspectos relacionados às comunidades diagnosticadas no PEA-SP são de caráter regional, em razão de um mesmo processo de ocupação humana e de desenvolvimento. Assim, a análise regional será inicialmente tratada e as especificidades estarão no item V.

Ainda que se observe a complexidade dos problemas e a interligação entre as diversas temáticas, optou-se por apresentar a análise em itens específicos, a fim de facilitar a compreensão:

- Caracterização do litoral norte
- Organização social e política das comunidades
- Cadeia produtiva da pesca artesanal
- Gestão ambiental do território
- Infraestrutura e políticas públicas
- Aspectos socioeconômicos

##### IV.1- Caracterização do Litoral Norte

O litoral norte do estado de São Paulo é composto por quatro municípios (UBATUBA - CARAGUATATUBA - SÃO SEBASTIÃO - ILHABELA) pertencentes à região administrativa de São José dos Campos e também à sub-região 5 da recém criada Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte/RMVale<sup>8</sup>. A população total da região no censo de 2010 era de 281.245 habitantes, 0,69% do total da população do estado de São Paulo. O contingente populacional está distribuído por 1.947,70 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 144,40 hab/km<sup>2</sup>. Sua taxa de urbanização – superior à do Estado (95,94%) – é de 97,48% (SEADE, 2012).

Ubatuba foi o município com maior acréscimo populacional: em torno de 195% entre a década de 1980 e de 2010. O fenômeno pode ser explicado pela mudança na dinâmica de ocupação industrial em

<sup>8</sup> Lei Complementar n. 1.166, de 9 de janeiro de 2012 de São Paulo



direção à São José dos Campos, no Vale do Paraíba, quando o município, favorecido pelos acessos, passa a ser um dos principais destinos turísticos, com incremento à construção civil, ligada principalmente as residências secundárias e rede de hospedagem.

**Quadro IV -1 - Informações demográficas - Litoral Norte (Ano de 2000 e 2010)**

Município	Ano	População Total	Densidade (hab./km <sup>2</sup> )	Taxa de urbanização (%)	População Urbana	População rural
Ubatuba	2000	66.644	93,59	97,51	64.983	1.661
	2010	78.693	110,51	97,6	76.802	1.891
Caraguatatuba	2000	78.628	162,47	95,35	74.972	3.656
	2010	100.634	207,94	95,87	96.476	4.158
São Sebastião	2000	57.745	143,17	98,99	57.162	583
	2010	73.793	182,95	98,87	72.962	831
Ilhabela	2000	20.752	59,58	98,81	20.506	246
	2010	28.125	80,75	99,31	27.931	194
<b>Litoral Norte</b>	<b>2000</b>	<b>223.769</b>	<b>114,88</b>	<b>97,66</b>	<b>217.623</b>	<b>6.146</b>
	<b>2010</b>	<b>281.245</b>	<b>144,40</b>	<b>97,48</b>	<b>274.171</b>	<b>7.074</b>
Região Adm. São José dos Campos	2000	1.988.498	122,9	92,96	1.848.478	140.020
	2010	2.262.135	139,81	94,11	2.128.941	133.194
Estado de São Paulo	2000	36.974.378	148,96	93,41	34.538.004	2.436.374
	2010	41.223.683	166,08	95,94	39.548.206	1.675.477

Fonte: Fundação SEADE, 2012

Pescadores e quilombolas manifestaram-se sobre a *invasão* dos turistas em Ubatuba. A mais recorrente das falas refere-se à perda dos espaços nas praias e faixa de areia, ficando sem local para guardar barcos e petrechos de pesca, proibidos de puxar a rede, pois *atrapalha* o lazer do turista. O mesmo ocorre em todos os demais municípios da região.

Caraguatatuba, município com a melhor infraestrutura de serviços e comércio, inclusive atendimento médico, é polo de atração na região. O município apresentou um dos maiores crescimentos populacional do Estado nos últimos anos, saltando de 75.000 habitantes (2007) para 100.634 habitantes em 2010 (F.SEADE, 2012). Este último período corresponde ao início das obras de instalação da UTGCA que atraiu trabalhadores de outros estados. Por sua posição privilegiada e estratégica em relação às vias de acesso ao planalto –

Rodovia dos Tamoios – e ao porto de São Sebastião, foi escolhida para abrigar os novos empreendimentos de petróleo e gás da PETROBRAS na região.

O período entre 1950 e 1980 marcou transformação demográfica em São Sebastião. O aumento do turismo e a instalação do Terminal Almirante Barroso – TEBAR da TRANSPETRO<sup>9</sup> (década de 1960) impactaram diretamente os serviços de saúde, educação, emprego, moradia, ocupação do espaço, com loteamentos e condomínios em áreas inadequadas.

Em todo o litoral norte do estado de São Paulo o turismo é um vetor significativo, que surge atrelado à implantação e pavimentação das rodovias a partir da década de 1950 e 1960. Cruz (2007) coloca a *rodoviarização* do território como resultado de políticas públicas de transformação voltadas a integração nacional, que associada à emergência das classes médias e valorização da praia como destino de lazer, são propulsores da criação de destinos turísticos ao longo da costa. O uso turístico da região, no caso de todos os municípios, se dá como agente desencadeador dos processos de urbanização.

Destaca-se a BR-101 como a principal rodovia que passa por três municípios do litoral norte e dá acesso à Ilhabela, além das diversas praias, cachoeiras e atrativos naturais da região. Luchiari (1999) aponta que a rodovia partiu da iniciativa do Governo Federal, durante o período militar, com diversos interesses envolvidos, como o favorecimento das classes dominantes e os investimentos especulativos.

A inauguração da estrada BR-101 estava associada à implementação do Projeto TURIS, nos moldes do litoral francês *Languedoc-Roussillon* e previa a “elitização” da utilização do litoral, sem prever soluções para consequentes problemas como a alta valorização dos terrenos, o desmembramento das comunidades locais, os desmatamentos, o inchaço das pequenas vilas, entre outros. Esse projeto foi concluído em 1972 e dividia o litoral em três

<sup>9</sup> No item IV.4 é feita a caracterização detalhada deste empreendimento.

categorias: 1) privatização das praias (lotes particulares); 2) hotéis e casas particulares e 3) Áreas de camping. As melhores praias estavam reservadas para os turistas da categoria 1. (LUCIARI, 1999). Apesar de o Projeto ter sido abandonado, em vários trechos do litoral paulista percebe-se que muitas diretrizes foram seguidas e refletem muitos dos problemas e conflitos relatados pelos participantes do DP.

Decorrente desse processo de urbanização turística atrelada a investimentos especulativos e imobiliários o principal fenômeno observado no litoral norte é o da proliferação das residências secundárias, evidenciado pelo alto percentual de domicílios de uso ocasional nos quatro municípios da região.<sup>10</sup> Isso reflete os problemas relatados pelos participantes sobre a alta especulação imobiliária e o processo de ocupação turística ocasionando a perda dos territórios caiçaras, que se evidenciam nos seguintes problemas relatados: i) fechamento da praia por marinas; ii) restrição de acesso à praia, ao costão e ao rancho de pesca por condomínios e casas de veraneio; iii) divisão dos lotes e consequente desmatamento; iv) privatização das praias por meio de concessão de uso da praia somente para uma pessoa; v) perda e redução dos espaços caiçaras.

A perda dos espaços necessários para a realização da atividade econômica, principalmente a pesca, impacta diretamente a economia dos caiçaras e assim identifica-se o conflito entre eles e os turistas, condomínios, marinas, *ecoresorts* e empreendimentos turísticos em geral.

Conforme Diegues e Arruda (2001:43):

“Uma das ameaças a essas comunidades e ao exercício de suas atividades tradicionais provém do avanço da especulação imobiliária, iniciada nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo com a construção de residências secundárias ao longo do litoral. A especulação imobiliária privou grande parte dos caiçaras de suas posses nas praias, obrigando-os tanto a trabalhar como caseiros e pedreiros, quanto a se mudar para longe do local de trabalho, dificultando as atividades pesqueiras. Além

<sup>10</sup> Em São Sebastião 38,39% do total de domicílios são de uso ocasional; Em Ubatuba 50%; Em Ilhabela 28,21% e; em Caraguatatuba 43%. (INSTITUTO POLIS, 2012)

disso, o turismo de massa, sobretudo no litoral norte do Estado de São Paulo, contribui para a desorganização das atividades tradicionais, criando uma nova estação ou safra nos meses do verão, quando muitos caiçaras se transformam em prestadores de serviços.”



**Figura IV.1-1** - Vista aérea da Praia da Tabatinga (Caraguatatuba) ocupada por condomínio de alto padrão e destaque do que restou de praia para os pescadores.

De uma forma geral observa-se que entre a BR-101 e o oceano, na faixa da orla marítima, localizam-se os condomínios, loteamentos e casas de veraneio, e entre a rodovia e a Serra do Mar, nos chamados sertões, estão as populações tradicionais que perderam as terras na beira da praia, imigrantes e turistas de menor poder aquisitivo. Um morador quilombola de Ubatuba responsabiliza a questão da perda do território ao governo, que construiu a estrada e fomentou o turismo sem um ordenamento adequado e ainda estabeleceu áreas de conservação ignorando as populações tradicionais locais:

*“o engraçado é que foi invadido pelo governo, tiraram os caiçaras da orla marítima e botaram para Serra do Mar. Nós preservamos e temos tendo como consequência o IBAMA, CETESB, a pressão é tudo pra cima da gente, sofremos para ficar e somos condenados neste sentido.”*  
(Quilombola de Ubatuba)

Atividades ligadas ao porto de São Sebastião e ao TEBAR trouxeram problemas ambientais e sociais, com numerosos casos de



derramamentos de óleo. PAIVA (2007) indica que alguns assentamentos irregulares (Olaria e Itatinga, no bairro Topolândia, o Morro do Abrigo, no bairro de São Francisco) estão diretamente relacionados à construção e instalação da PETROBRAS. A atração de trabalhadores da construção civil para a atividade turística contribuiu para o crescimento dos assentamentos.

Durante a construção da matriz de problemas com a comunidade de São Francisco um pescador explicitou o descontentamento com vazamento de óleo, movimentação grande de navios que atrapalham a pesca, a redução das antigas áreas de pesca por conta da construção do píer do TEBAR e das movimentações do Porto:

*“a PETROBRAS estar trabalhando na região desde 1960 e até hoje não tem dado nenhum benefício direto para o pescador artesanal é o maior problema”* (pescador de São Sebastião).

O município de São Sebastião tem ainda vários projetos em andamento, entre eles: a ampliação do porto de São Sebastião e do píer do TEBAR, a duplicação da rodovia Tamoios (com impacto no município) e o complexo viário do Contorno Sul, entre Caraguatatuba e São Sebastião (Instituto Polis, 2012).

A década de 1980 foi particularmente importante para a atual configuração de Ilhabela, na medida em que o afluxo crescente de turistas trouxe consigo um incremento migratório, sobretudo de braços para a construção civil, já que o caçara acostumado ao trabalho da terra e do mar foi considerado não qualificado para esse tipo de trabalho. Por razões diversas, casas de migrantes trabalhadores da construção civil e as mansões incrustadas nas encostas com audaciosos e sofisticados projetos arquitetônicos ocuparam as encostas da Ilhabela, estando ambos os grupos em áreas de risco (MALDONADO, 2001).



**Figura IV.1-2** Ocupação das encostas por casas de alto padrão (Ilhabela)

Os pescadores na comunidade de Saco do Indaiá quando questionados na reunião de DP se já haviam feito ações para coibir os abusos da ocupação das encostas, das ligações clandestinas de água direto das nascentes do

bairro, ficaram um pouco constrangidos e com receio de explicitar seus descontentamentos:

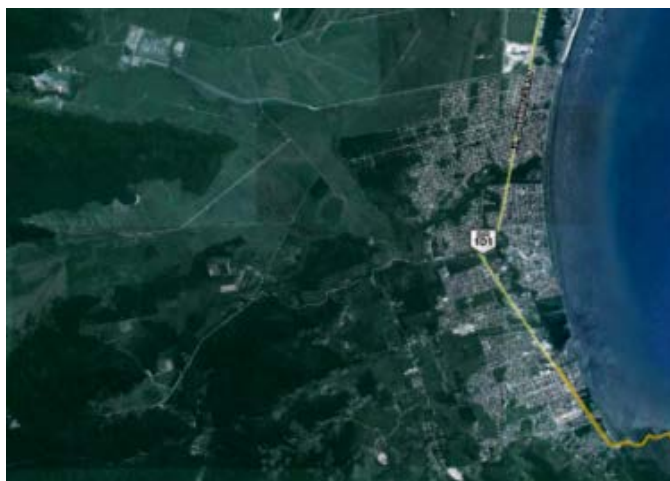
*“ é até ruim da gente falar sabe...é briga de cachorro grande moça. Como a gente vai enfrentar o pessoal de dinheiro. E tem outra: a família da gente trabalha pra eles”* (pescador de Ilhabela).

O grande contraste entre o morador nativo e os turistas do mais alto poder aquisitivo é um dos problemas mais sentidos pela população. De magnitude comparável às restrições impostas pela legislação ambiental num município que tem mais de 80% de sua área protegida pelo Parque Estadual da Ilhabela (PEIb).

A Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Litoral Norte (UGHRI 03) é formada por 34 sub-bacias. A Bacia do Rio Juqueriquerê, situada integralmente em Caraguatatuba, mas de importância regional, tem o único rio navegável da região, responsável por cerca de 90% do abastecimento de água dos municípios de Caraguatatuba e São Sebastião na proporção de 52% e 48 % respectivamente (CBH, 2009). Abastece também o TEBAR - TRANSPETRO (São Sebastião) e a UTGCA, mais recente empreendimento da PETROBRAS na região. É considerada



em situação crítica, devido à perda da qualidade dos cursos d'água e sujeita a risco de contaminação de aquíferos em áreas de ocupação humana.<sup>11</sup>



**Figura IV.1-3** Vista aérea da Bacia do Rio Juqueriquerê, com a localização da UTGCA

A região é um dos núcleos base planejados para abrigar as atividades Portuárias,

Industriais, Navais e *Offshore* (PINO) que tem como objetivo promover o desenvolvimento do litoral paulista, num horizonte de 15 anos, entre 2010 e 2025 (ARCADIS Tetraplan, 2010). São inúmeros projetos públicos e privados para o litoral paulista, com destaque para as iniciativas relacionadas ao petróleo (estaleiros, *supply bases*, aeroportos e heliportos); à indústria (empresas e retroáreas portuárias) e aos portos de Santos e São Sebastião (expansão portuária). (ESTADO DE SÃO PAULO, 2010)

“A instalação de tais projetos estruturantes desencadeará também interações empresariais de prestação de serviços e fabricação de bens que nuclearão complexos industriais em seus entornos imediatos.” (ARCADIS Tetraplan, 2010:16 parte I).

Outros empreendimentos estão em planejamento: imobiliários, estruturas comerciais, infraestrutura urbana e viária como a ampliação da Rodovia dos Tamoios e os contornos de São Sebastião e Caraguatatuba (SABESP, 2010).

O litoral norte possui 66% de sua área total protegida por unidades de conservação (UC) de proteção integral<sup>12</sup> e terras indígenas; além da APA Marinha do Litoral Norte (UC marinha de desenvolvimento sustentável).

<sup>11</sup> [http://www.cbhl.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10&Itemid=6](http://www.cbhl.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=6)

<sup>12</sup> UC de proteção integral pressupõe a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais, segundo a Lei nº 9.985 – SNUC

Por volta de 2005 a região é escolhida para a implantação dos empreendimentos de petróleo e gás da PETROBRAS: Plataforma de Mexilhão (PMXL-1), UTGCA e o gasoduto marítimo de transporte do gás natural da Plataforma (PMXL1) para a UTGCA. Tais empreendimentos passam a integrar o *rol* de empreendimentos da cadeia de petróleo e gás da região como apresentado no **Quadro IV.1-1**.

#### **Quadro IV.1-1 - Instalações da PETROBRAS no Litoral Norte/SP**

Tipo de Instalação	Unidade	Período de instalação
Plataforma Mexilhão (PMXL1)	UO-BS	2009
UTGCA Monteiro Lobato	UO-BS	2008/2010
Gasoduto Marítimo entre PMXL1 e UTGCA	UO-BS	2009/2010
Terminal Almirante Barroso - TEBAR	TRANSPETRO	1963/1969

Portanto, as populações tradicionais da região tiveram seu modo de vida alterado substancialmente pela abertura de acessos e pelo processo de industrialização (Porto de São Sebastião, TEBAR, rodovia BR-101), pela criação de unidades de conservação (Parque Estadual da Serra do Mar Parque Estadual de Ilhabela) e pela chegada do vetor do turismo à região.

#### **IV.2- Organização social e política das comunidades**

Após a realização do diagnóstico participativo observou-se que alguns dos problemas das comunidades estão relacionados à organização social e política que possuem. Se por um lado há deficiência dos órgãos públicos responsáveis pelo apoio ou pela assistência técnica ao pescador, ao agricultor ou ao quilombola, por outro, a baixa articulação das comunidades impede que seja reivindicado aquilo que é direito delas. A melhoria das condições de vida muitas vezes fica comprometida em razão da dificuldade de se colocar em prática iniciativas e potenciais das comunidades.

O entendimento da organização social e política das comunidades é um dos aspectos centrais desse relatório, pois servirá de subsídio para a formulação das propostas do PEA-SP, que tem

como premissa o *empoderamento* das comunidades, por meio do fortalecimento da organização comunitária. Assim, cabe compreender o processo histórico da organização e o papel das instituições em sua relação com os grupos em diagnose.

Uma das instituições oficialmente representativas dos pescadores artesanais é a colônia de pescadores. Sua origem remonta a meados do século XIX, com a Lei n. 447 de 1846, que estabelecia distritos de pesca com o objetivo de fiscalização da atividade, vigilância da costa e de defesa nacional (ESPIRITO SANTO, 2012). São identificados três processos do modelo de gestão da pesca: i) *controle dos pescadores*, no âmbito de formação do estado nacional e do estabelecimento da marinha de guerra, entre 1919 e 1923; ii) *modernização da pesca*, promovida pela SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), nos anos 60, com investimentos significativos na pesca industrial; iii) *nacionalismos marinhos*, com a decretação do mar territorial de 200 milhas, unilateralmente, durante os anos 70 e que teve vida curta. (BRETON & ESTRADA, 1989; CARDOSO, 2001; SILVA, 2010).

Conforme aponta Cardoso (2001:80):

“Ao estabelecer as colônias de pescadores e o restante do sistema representativo da categoria, os interesses hegemônicos que controlavam o estado brasileiro procuraram aumentar o controle sobre a força de trabalho na pesca – os pescadores. Com o fomento das indústrias de pesca a partir da SUDEPE, o estado logrou o avanço tecnológico e com a delimitação das 200 milhas pretendeu-se controlar através do território o objeto de trabalho.”

O projeto de modernização do setor pesqueiro resultou no comprometimento de estoques em razão da sobrepesca, da pesca predatória e da destruição de ecossistemas de alta produtividade, acirrando a disputa entre pescadores artesanais e industriais, fato observado no DP.

Mudança significativa ocorreu no âmbito da Constituição de 1988, que equiparou as colônias de pescadores aos sindicatos.



**Figura IV.2-1 - Mobilização na Colônia de Pescadores Z10 (Ubatuba)**

A regulamentação do parágrafo único do artigo 8º da Constituição Federal de 1988, que estabelece que as disposições do artigo são aplicáveis às colônias de pescadores, veio vinte anos depois, com a Lei nº 11.699, de 2008, que reconheceu as colônias de pescadores, federações e confederação

como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca.

A lei n. 11.699 reconhece que às Colônias de Pescadores, às Federações e à Confederação de Pescadores Artesanais incumbe à defesa dos direitos e interesses da categoria em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição, equiparando-se a sindicatos. Reconhece também a sua atribuição de representar, perante os órgãos públicos, contra quaisquer ações de pesca predatória e de degradação ao meio ambiente (ROCHA, 2011).

Com a publicação da Portaria n. 547, de 11 de março de 2010, as colônias de pescadores passam a ter direito ao cadastro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e, conseqüentemente, a receber o imposto sindical. É a partir deste instrumento legal que as 1.037 colônias de pescadores em todo o Brasil, as 23 federações estaduais e a confederação nacional dos pescadores passaram a ser reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca.

Devido a essa trajetória histórica sinuosa da formação das colônias no Brasil, Breton *et al* (2005: 236) identificam que uma das conseqüências visíveis, principalmente para os pescadores mais antigos

[...] é que o desejo de mobilização é constantemente atenuado pela lembrança de reivindicações anteriores não atendidas. Existe, pois, certa desconfiança e dúvida sobre o discurso dos dirigentes, baseado no bem estar coletivo e os resultados obtidos que privilegiaram certos

indivíduos. Além disso, apesar do número de projetos propostos pelos dirigentes, são raros os que beneficiam o conjunto de seus membros.

Atualmente a colônia de pescadores muitas vezes faz o papel de despachante, com a intermediação dos pescadores junto aos órgãos responsáveis para obtenção de diversos serviços, como acesso aos direitos de seguridade social, licenças, regularização de documentos, digitação de documentos, ajuda nas negociações de compra e venda de embarcações e equipamentos de pesca e serviço de comunicação por rádio em situação de emergência. Assim, os pescadores são dependentes das colônias para acesso aos serviços. Muitos pescadores reclamaram da atuação das durante o DP.

Nos municípios do litoral norte o descontentamento dos pescadores artesanais com as Colônias foi identificado em todos os municípios e é evidenciado pelas seguintes falas:

*“A gestão da Z-10 enfraquece o pescador”; “não há repasse de informações”* (Pescadores de Ubatuba).

*“A colônia onde estamos filiados não faz nada por nós e ainda dá o defeso a diversas pessoas que nunca pescaram na vida enquanto alguns pescadores de famílias tradicionais na pesca não conseguem a regulamentação da atividade por terem carteira assinada em outra profissão. Nós não queremos o defeso, só queremos a regulamentação para pescar”.* (Pescadores de São Sebastião).

*“os Box pagam aluguel para a Colônia e esse dinheiro era pra ser usado na manutenção do espaço do píer e de banheiros públicos que existem ali e na distribuição de água doce para os barcos e pescadores, mas não é isso que acontece... o banheiro não dá pra ser utilizado por falta de manutenção e limpeza e a distribuição de água doce não é feita”.* (Pescadores de Ilhabela).

*“Lá nada é para pescador”* (Pescadora de Caraguatatuba em referência a Colônia).

Outras instituições relacionadas à categoria de pescadores artesanais foram identificadas durante o DP, como algumas associações de pescadores específicas de cada comunidade. Ainda que localizadas, as associações muitas vezes são criadas em oposição às colônias, garantindo a participação dos pescadores. A AMESP – Associação de Maricultores do Estado de São Paulo – foi citada em



todas as comunidades onde há a prática da maricultura. O melhor detalhamento sobre as associações específicas das comunidades está nos anexos municipais.

Alguns obstáculos relacionados à organização, comuns aos pescadores, foram identificados: i) conflitos internos entre os pescadores; ii) dificuldade de contato entre diretoria e pescadores em razão da distância da sede das colônias em relação às diversas comunidades pesqueiras; iii) dificuldade de administrar os entrepostos de pesca de modo a beneficiar todos os pescadores; iv) burocracia para obtenção das carteiras de pescador profissional e licenças de pesca; e v) conflito de interesse e dificuldade de articulação com outros setores, principalmente o do turismo e o das indústrias petrolíferas.

Observou-se grande desânimo com relação à demora em se conseguir carteira de Registro Geral da Pesca e também para a sua renovação. Relataram atrasos na entrega e erros na digitação nos documentos.

Os pescadores se mostraram indignados com o indeferimento dos pedidos de carteira do pescador para quem tem outra renda formalizada *com carteira assinada*. A alegação é que com as atuais dificuldades da pesca faz-se necessário ter outra fonte de renda para poder sustentar as famílias.

Outra reclamação frequente é que, em 2009, o pescador teve que optar por uma ou outra arte de pesca para licenciamento de seu barco:

*“Se trabalha com camarão só pode pescar com rede de arrasto, e o dia que fica ruim o camarão não pode largar rede. Acaba colocando o pescador na ilegalidade... porque não pode?”*(pescador de Caraguatatuba).

Analisando o caso de São Sebastião, que se extrapola também para os demais municípios do litoral norte, Breton et al. (2005:240) constata que as características da mobilização dos pescadores na fase atual é a das oposições.

“A especificidade da mobilização dos pescadores de São Sebastião é que esta assimetria se tornou difusa, mas, ao mesmo tempo, acentuada pela presença de setores econômicos ainda mais importantes que a pesca, como os das indústrias petrolíferas e turísticas.”

Diante deste contexto, observa-se a complexidade do *empoderamento* e fortalecimento da organização dos pescadores artesanais no litoral norte. Como questões primordiais identificou-se em boa parte das comunidades, a necessidade de ações conjuntas das comunidades, pescadores e colônias do litoral norte para obtenção de maior poder político e da articulação dos mesmos com os órgãos responsáveis pelo setor.

No caso do processo de organização social e política dos agricultores familiares, a principal entidade representante da categoria é o sindicato dos trabalhadores rurais. No Brasil, apenas em 1962 efetivou-se o direito de criação de sindicatos de trabalhadores rurais e de acordo com Dietz (2011), as organizações sociais rurais no país se proliferaram a partir da abertura democrática, ou seja, na década de 1980.

De acordo com levantamento feito pelo Plano Municipal Plurianual de Desenvolvimento Sustentável Rural e da Pesca de Caraguatatuba (2010:10):

“A população rural está organizada e representada pela Associação de Produtores Rurais do Litoral Norte, constituída em 1988, com 30 associados e pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ubatuba e Litoral Norte, constituído em 1994, que agrega 426 (quatrocentos e vinte e seis) sindicalizados em todo o Litoral”.

A Associação dos Bananicultores de Ubatuba é apontada como entidade representativa da categoria de agricultores familiares (Silva e Graça Lopes, 2010). Dentre as instituições que atuam junto aos pequenos produtores destacam-se as secretarias de pesca e agricultura das prefeituras municipais, a CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Litoral Norte e ONGs que desenvolvem trabalhos no litoral norte em parceria com esses dois órgãos, como o Instituto de Permacultura e Ecovila da Mata Atlântica (IPEMA) em Ubatuba, a ONG São Sebastião tem Alma em São Sebastião, a

Elementos da Natureza em Ilhabela e a Associação Caiçara do Juqueriquerê em Caraguatatuba. Essas ONGs atuam com os diversos grupos do litoral norte: caiçaras, pescadores artesanais, agricultores familiares e quilombolas.

Verificou-se nas comunidades que o trabalho na agricultura é realizado individualmente e sem qualquer apoio técnico. Não houve identificação dos agricultores com entidades vinculadas à agricultura familiar e esteve presente o sentimento de não representatividade dos pequenos produtores nas instituições.

O principal obstáculo comum às comunidades que praticam a agricultura familiar é a restrição da legislação ambiental, principalmente do relacionada ao PESH, que tem seu território sobreposto ao das comunidades de Sertão do Ubatumirim e Poço da Anta e ainda não resolveu a questão da regularização fundiária. As comunidades acabam focando sua organização para a resistência às proibições do PESH e para a sua permanência no território e acabam perdendo força e tempo para as questões relacionadas à atividade profissional.



**Figura IV.2-2** - Mapa da comunidade caiçara de agricultura familiar (Sertão do Ubatumirim/Ubatuba) retratando plantio de banana, roça de mandioca, fabrico de farinha de mandioca, coleta de polpa de Jussara.

As comunidades quilombolas ou remanescentes de comunidades de quilombos foram reconhecidas pela Constituição Federal de 1988 como uma minoria étnica que carecia de legislação específica para ter sua cultura preservada. De acordo com Leite (2008) é no artigo 68 que se lê *“aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos”*. Esse artigo levou quase 20 anos para ser regulamentado; o Decreto 4.887/03 estabeleceu procedimentos administrativos para a garantia dos territórios. Ocorreram e ainda ocorrem contestações externas sobre o direito adquirido pelos quilombolas, principalmente o da posse comunal e indivisível das terras. De acordo com Leite (2008:965):

“As contradições entre a legislação e sua efetiva aplicação, contudo, constituem hoje o maior desafio, uma vez que a incorporação do quilombo na ordem jurídica não tem sido suficiente para alterar as práticas de expropriação e controle da terra, e com elas a situação de precariedade em que vivem os grupos negros na atualidade.”

O reconhecimento das comunidades como remanescentes de quilombolas se dá por meio da Fundação Cultural Palmares, enquanto o processo de titulação, desapropriação e indenização das terras fica a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a assistência técnica por meio do ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. No estado de São Paulo há convênio entre INCRA e ITESP, ficando o reconhecimento a cargo deste.

No litoral norte as comunidades quilombolas estão restritas ao território do município de Ubatuba e por isso o seu detalhamento é feito no **Anexo III – Relatório Municipal de Ubatuba**.

A análise sobre o processo histórico e a situação atual da organização política e social das comunidades de pescadores artesanais, quilombolas, e agricultores familiares (caipiras e sitiantes e caiçaras), evidencia que todas enfrentam fragilidades e obstáculos que precisam ser ultrapassados e que o fortalecimento da

organização comunitária e *empoderamento* da comunidade são passos essenciais para o alcance de melhorias e benefícios para esses grupos comunitários.

### IV.3 - Cadeia produtiva da pesca artesanal

A cadeia produtiva é “*um conjunto de ações e atores que interagem entre si compondo-se do sistema produtivo, dos fornecedores de insumos e serviços, das indústrias de processamento, distribuidores, comerciantes e consumidores*” (MOREIRA JÚNIOR, 2010:90). Salienta-se que a cadeia não é estática, podendo ocorrer variações ao longo do ano, tipo de recurso e custos de oportunidade e, portanto, a cadeia varia entre as comunidades. O foco neste diagnóstico é num dos elos da cadeia produtiva – o pescador artesanal.

A pesca no litoral norte paulista é uma atividade importante do ponto de vista econômico, social e cultural, apesar da baixa produtividade pesqueira determinada por águas quentes (tropicais e subtropicais), com elevada salinidade e baixas taxas de nutrientes. A pesca artesanal é praticada nas áreas costeiras (baías, estuários, manguezais e litoral adjacente), onde a profundidade não ultrapassa 20 metros. É exercida por 2.357 pescadores (Instituto de Pesca, 2011).

Homens com idade superior a 40 anos, exercendo a atividade desde muito jovem, representaram a maioria dos que participaram do DP. A tradição da pesca artesanal é passada de pai para filho. A partir de 6-7 anos, o menino acompanha o pai, auxiliando-o nas pequenas tarefas e aprendendo o ofício. Os jovens foram minoria no DP, representando cerca de 1/3 dos pescadores.

O ambiente da pesca é preponderantemente masculino e a mulher está à margem da participação social em grande número de comunidades caiçaras. Isto se refletiu no DP. Apesar dos convites, em algumas comunidades não houve participação das mulheres nas reuniões. Na divisão do trabalho, às mulheres cabem os cuidados com



a casa e os filhos, o apoio no embarque e desembarque, na manipulação, na venda e preparo do peixe. Na pesca, saem quase que exclusivamente para pescar a lula, em pequenas canoas, muito próximas à costa, armadas de garateias. A roça, na tradição caiçara, é espaço predominantemente feminino.

“O trabalho doméstico não era visto como significativo, em relação ao do homem que trabalhava fora e trazia o produto de seu trabalho para casa. Era o mantenedor ou provedor do lar. E o produto de seu trabalho gerava renda. Estava, portanto, inserido no processo econômico da sociedade vigente” (PAES, 1998:32).

Ainda segundo a autora, o papel da mulher, tido como *não trabalho*, contribuiu para que ela também estivesse apartada, de certa forma, da participação social.

A partir da década de 70, o panorama começa a se alterar. Muitas delas passam a ser responsáveis pelo complemento da renda familiar trabalhando com artesanato ou como caseiras ou empregadas domésticas para os turistas. Ainda que tímida a mudança, o aumento da escolaridade vem contribuindo para a ampliação da participação em fóruns e associações de classe.

Outra transformação em curso está relacionada ao aumento do esforço de pesca, que junto aos avanços tecnológicos das embarcações ocorridos nas últimas décadas vêm provocando a sobre-exploração dos estoques marinhos pesqueiros. Nesse contexto, os pescadores artesanais encontram dificuldades para manter os ganhos da pesca no litoral paulista.

No litoral norte paulista, é comum o arrasto de fundo (simples ou duplo) na captura do camarão-sete-barbas. As embarcações de pequeno porte, em geral com propulsão motorizada, são de madeira e a tecnologia de captura é capaz de produzir volumes pequenos de pescado. São, na maioria das vezes, de propriedade do pescador, assim como as redes e demais petrechos. Atuam em áreas próximas à costa. A produção total não é computada nas estatísticas oficiais, dada a distância dos locais de desembarque.



**Figura IV.3-1** - Pescador de Ilhabela em sua peixaria, atende comerciantes e turistas. Armazenamento em isopor. O filho ajuda na manipulação do pescado e na pesca.

O armazenamento é feito com gelo acondicionado em isopor ou em *freezers* (quando há energia elétrica).

A comercialização é feita a intermediários (peixarias, *atravessadores*) ou diretamente aos moradores, turistas,

restaurantes e bares das proximidades. O gelo e o óleo diesel para o motor da embarcação são adiantados pelo intermediário que, assim, garante a fidelidade na entrega do pescado. Muitos pescadores consideram os *atravessadores* como “*um mal necessário*”, dado que não estão inseridos em política pública que atenda às necessidades da categoria em relação à comercialização da produção. Diegues relata que durante a década de 1970 essa já era a realidade dos pescadores que “*não chegam a apresentar nenhum comportamento de classe. Eles se encontram sozinhos diante dos atravessadores que os exploram*” (1983:225).

Por todo o litoral norte houve reclamações de que pescadores amadores estão vendendo o resultado de suas pescarias<sup>13</sup>, entrando em concorrência com os artesanais, uma vez que o preço pedido é inferior ao do pescador. Os pescadores dizem que:

*“nessa hora ninguém chega pra fiscalizar e a gente que às vezes fica dois três dias fora quando desembarca não consegue vender nosso peixe. Cadê a fiscalização quando é pra nosso interesse?”*

Os entrepostos de pesca existentes as estruturas associadas (fábrica de gelo, caminhões frigoríficos; estaleiros) são considerados insuficientes. Alguns pescadores defendem que “*o bom seria uma*

<sup>13</sup> O Código de Pesca Estadual, Lei Estadual n. 11.165/2002 no Art. 43 “§ 3º - É proibida a comercialização ou a industrialização do produto da pesca amadora.” A Portaria IBAMA n. 30 de 2003 define a pesca amadora: “*praticada por brasileiros ou estrangeiros com a finalidade de lazer, turismo ou desporto, sem finalidade comercial*”. Instrução Normativa n. 9 de 2012, em seu Art. 2 define “§ 1º - A pesca amadora ou esportiva é considerada atividade de natureza não comercial, no que se refere ao produto de sua captura, sendo vedada a comercialização do recurso pesqueiro capturado.”

*estrutura que atendesse a todo litoral norte*". A carência de profissionais capacitados para reformas e consertos de embarcações e motores apareceu como fragilidade da pesca, e houve a sugestão de criação de cursos de mecânica e carpintaria naval<sup>14</sup>.

Políticas e programas voltados à pesca artesanal são disponibilizados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)<sup>15</sup> e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>16</sup>. Tais benefícios são desconhecidos do pescador artesanal do litoral norte, o que o MPA atribui a baixa participação, à baixa escolaridade e analfabetismo e ao desconhecimento da legislação e dos mecanismos de gestão da pesca. (MPA, 2012). Restrições no sistema bancário dificultam a obtenção de financiamentos.

As dificuldades de deslocamento levaram os pescadores a defender um posto avançado do MPA e da Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca no litoral norte.

*"tudo que a gente precisa tem de ir pra São Paulo, não dá. Só o tempo que perde e aí deixa de pescar e às vezes nem resolve"* (pescador de Caraguatatuba).

Outras falas remetem ao descaso que os pescadores sentem da parte de quem mais deveria ter atenção com eles:

*"Muda de ministro toda hora, agora puseram um pastor lá. O que ele entende de pesca? Chegou a dizer que não sabia nem onde era a cabeça e o rabo do peixe, vê se pode uma coisa dessas. Não tem nem vergonha de falar isso!"* (pescador de Ilhabela).

A pesca é um tema complexo, pois os pescadores durante o DP falaram inúmeras vezes que, por todos os fatores levantados, a atividade não tem futuro e, por isto, não incentivam os filhos e netos a ingressarem nela. No entanto, também por inúmeras vezes falaram que gostariam que seus filhos exercessem a mesma atividade, que

<sup>14</sup> Comunidades de Castelhanos/Ilhabela e Porto Novo/Caraguatatuba.

<sup>15</sup> Centros Integrados da Pesca Artesanal – CIPAR, Apoio à Organização Produtiva de Trabalhadoras da Pesca, Apoio a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal, Apoio à Cadeia Produtiva – Fábricas de Gelo, Caminhões Frigoríficos, Caminhões Feira; Qualificação e Inclusão Social de Pescadores (as) - Programa Pescando Letras, Telecentros Marés, Cursos Técnicos Integrados em Pesca e Aquicultura; Apoio a Organização de Fóruns de Gestão da Pesca, Capacitação de Pescadores (as) e Organizações do Setor, Distribuição de Cestas de Alimentos.

<sup>16</sup> Projetos de infraestrutura e produção, petrechos de pesca, embarcações, motores, freezers, câmaras frigoríficas, cursos de capacitação.

gostariam de poder fazer canoas novamente, e, em algumas comunidades, manifestaram a vontade de retomar a roça e o fabrico da farinha de mandioca.

As questões relacionadas à cadeia produtiva da pesca, bem como as relacionadas à organização social e política das comunidades (IV.2) e gestão do território (IV.4) culminaram com a inserção da pesca entre as principais potencialidades em todas as comunidades pesqueiras do litoral norte e também como parte da proposição de temas para o PEA-SP. Isto indica que, apesar de todas as dificuldades e desânimo com a situação atual da pesca, a vontade ou necessidade de reprodução da cultura é essencial, é mais forte e merece atenção especial na propositura dos projetos do PEA-SP.



**Figura IV.3-2** - Pescador exibe orgulhoso o resultado da pescaria no dia do DP (Enseada, São Sebastião)



**Figura IV.3-3** - Rede de pesca colocada para secar (Ilhabela)

#### IV.4 - Gestão ambiental do território

O item IV.1 (Caracterização do Litoral Norte) apresentou o processo histórico que levou a região a ter a configuração atual: a dinâmica populacional, a diversidade cultural, a biodiversidade, o dinamismo econômico. São diversos os atores sociais e os interesses sobre o mesmo território, o que gera uma série de conflitos. Também são diversos os vetores de pressão sobre o patrimônio cultural (representado pelas populações tradicionais) e sobre o patrimônio



natural (representado, principalmente, pelas unidades de conservação).

A gestão do território, aqui entendida como *um processo de mediação de interesses e conflitos* (LAYRARGUES, 1998) é fundamental para garantir a sustentabilidade da região.

Na perspectiva dos grupos prioritários para o PEA (caiçaras, quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares) foram identificados os principais conflitos, conhecimento necessário para estabelecer os mecanismos de participação e as potencialidades quanto à gestão do território.

É explícita a complexidade da gestão ambiental no litoral norte em razão da presença simultânea de diversos fatores, como o turismo, a conservação da natureza, as atividades portuárias e da indústria petrolífera e a atuação da pesca industrial. Os problemas socioambientais identificados junto às comunidades na maioria dos casos estão associados a conflitos. Dentre os problemas socioambientais que extrapolam os limites dos municípios alguns estão diretamente relacionados à cadeia de petróleo e gás; outros não. Aqueles não relacionados ao petróleo e gás estão associados às unidades de conservação, sobretudo aos parques estaduais (o Parque Estadual Serra do Mar – PESM – abrange, no litoral norte, áreas de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião), ao turismo e aos órgãos ambientais.

Com relação aos parques estaduais foram citados pelos participantes: i) falta de regularização fundiária, ii) falta de articulação com o parque e informação sobre suas leis, restrições e iii) dificuldade de manutenção da cultura caiçara pelas limitações impostas para as comunidades realizarem suas atividades tradicionais (principalmente a roça e o extrativismo vegetal para confecção de artesanato e canoas). Diversas falas dos participantes do DP ilustram o conflito:

*“nosso maior problema é o PEIB, pois antes não tinha problemas nenhum de fazer roça, reformar casas, fazer canoas, mas depois da criação do*



*PEIB demorei 6 anos para receber uma licença para construir minha casa.” (Caiçara pescador artesanal de Ilhabela).*

*“Essas terras sempre foram minhas e agora vem dizer que é do parque.. .é fazer o quê?” (Caiçara de São Sebastião).*

*“Nunca teve parque aqui! Isso começou com essa florestal aí....Aqui trabalhador trabalha que nem bandido... o Parque tá dentro do nosso bairro e não o nosso bairro que tá dentro do Parque” (Caiçara de Ubatuba).*

*“o parque caiu de paraquedas na cabeça da comunidade. A gente não sabia como era, o que era. Eles deveriam discutir com as comunidades antes. Mas não, eles tombaram e passaram a proibir as coisas Passamos um conflito muito forte com o parque. Mandaram um cara duro no começo, prendendo e até batendo. Nós não tamos dentro do parque ele que está dentro de nós! Porque estamos aqui antes”. (Quilombola de Ubatuba).*

Desde a criação dos Parques (1977) até o período atual houve alguns avanços no caminho de se efetivar uma melhor relação das unidades de conservação com as populações tradicionais em seu interior ou no seu entorno<sup>17</sup>. Um dos instrumentos é o Plano de Manejo<sup>18</sup>. No entanto, apesar do PESH ter sido criado em 1977, apenas em 1997 foi elaborado o Plano de Gestão Ambiental e somente em 2005 foi iniciada a segunda fase, que elaborou seu zoneamento e os Programas de Manejo. (INSTITUTO EKOS BRASIL, 2012). Foram criadas duas zonas que abrigam população tradicional: a *Zona de Ocupação Temporária* e a *Zona Histórico-Cultural Antropológica*. Na primeira são previstos procedimentos para atender às necessidades básicas dos ocupantes do Parque enquanto não se consuma sua retirada da UC; na segunda, além do atendimento às necessidades básicas, há a perspectiva de alteração de categoria de

<sup>17</sup> Data do ano 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que reconhece, no artigo 42, a existência de populações tradicionais no interior de UC e determina que sejam *estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.*

<sup>18</sup> XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade; (LEI 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 - SNUC).

manejo. (Plano de Manejo PESM – Resumo Executivo, 2006). Os conflitos, entretanto, não cessaram, sobretudo pela descontinuidade das ações pelo Poder Público.

Com relação ao Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) o processo de elaboração do Plano de Manejo também foi tardio. Concluído em 2012, ainda não foi aprovado pelo CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente. Como é específico do município de Ilhabela a análise detalhada está no **Anexo VI**.

Os conflitos identificados entre os participantes e a atividade turística decorrem da disputa pelos espaços e dos impactos causados à natureza e à população local, como a poluição de rios e do mar por esgotos de condomínios, casas de veraneio e outros empreendimentos ligados ao turismo.

Na fala de um caiçara em São Sebastião fica claro o conflito:

*“chegam aterrando tudo. Compram os terrenos baratos e não conhecem a realidade local”* (Caiçara de São Sebastião).

Há ainda, em relação ao turismo, outro problema que extrapola os limites municipais identificado no DP que é a falta de fiscalização dos órgãos ambientais sobre esses empreendimentos turísticos.

A fiscalização, aliás, é dos mais graves problemas para as comunidades locais. Muitos participantes demonstram a descrença na atuação dos órgãos ambientais.

*“a fiscalização vem só em cima dos “pequeno” e os “grande” fazem o que querem”* (pescadores de Ubatuba).

A falta de informação sobre as leis ambientais e da pesca e sobre as atribuições dos órgãos ambientais é um problema em toda a região e é evidenciada nas afirmações dos participantes do DP de que *“é coisa do meio ambiente”, “é culpa do meio ambiente”*. No meio ambiente estão as secretarias municipais de meio ambiente, a Polícia Ambiental, a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, o IBAMA, a Fundação Florestal, o Instituto Florestal, o CONDEPHAAT e outros.

A lógica da fiscalização não é compreendida:

*“antes de ser criada essa história de APP a gente já tava aqui. Agora a gente não pode nem construir um quartinho para os nossos filhos, tem um terreno grande e não pode nem construir um quarto pro filho...”*  
(Pescador de Ubatuba).

Os pescadores artesanais entram em conflito principalmente com a Polícia Militar Ambiental e com o IBAMA. Julgam a abordagem rude e inadequada da Polícia Ambiental e sentem uma desigualdade na aplicação da lei e da fiscalização, pois segundo os pescadores a *“fiscalização é agressiva em cima dos pequenos, enquanto fazem vistas grossas com os grandes”*, referindo-se a irregularidades da pesca industrial, da pesca desportiva e amadora e do turismo náutico.

*“querem acabar com o pescador artesanal. Do jeito que tá, daqui um tempo não sobra ninguém. Só a pesca industrial. Só os grandes.”*

Quanto ao IBAMA, visto como órgão repressor e não como ordenador dos usos, as reclamações são de que:

*“ninguém aparece para orientar a gente, mas vai fazer alguma coisa errada e eles aparecem não se sabe de onde”.*

Os pescadores mais antigos dizem que *“quando não tinha todo esse povo do meio ambiente, era só a marinha, funcionava melhor”*.

Azevedo & Seckendorff (2007) apontam que um dos principais conflitos de uso pela pesca no litoral norte do estado de São Paulo ocorre justamente entre as comunidades pesqueiras costeiras e as frotas industriais de isca-viva e de parelhas. A falta de fiscalização da pesca irregular da frota industrial, assinalam, está relacionada à falta de infraestrutura operacional e de recursos humanos dos órgãos responsáveis.

Em 2006 foi instituído o PREPS – Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite, que visa o monitoramento, a gestão pesqueira e o controle das operações da frota pesqueira permissionada pela pelo MPA, sendo obrigatória a participação de todas as embarcações com arqueação bruta igual ou superior a 50 ou com comprimento igual ou superior a 15 metros. As unidades de rastreamento são locadas no MPA, IBAMA/MMA e Marinha do Brasil/Ministério da Defesa.

Os pescadores relacionam-se, ainda, com o GERCO - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, que estabelece o Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE), e a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN).

Poucos conhecem as atribuições do *Gerenciamento Costeiro*, mas os que conhecem não se sentem atendidos e valorizados. O ZEE do Litoral Norte estabelece a proibição da pesca amadora nas áreas marinhas definidas como Z1 e Z2. Em Ilhabela, a Lei Estadual do Gerenciamento Costeiro também proibiu a pesca amadora na Baía de Castelhanos. Quando da realização do DP na Baía de Castelhanos boa parte dos problemas relatados sobre a pesca são sobre o desrespeito à legislação criada graças ao esforço e empenho dos pescadores locais que conseguiram ter sua reivindicação atendida. Contudo, relatam que as denúncias nunca são averiguadas e muitas vezes optam por não fazer a denúncia por ser o infrator morador ou conhecido da comunidade local.

A APAMLN, criada em 2008 com o objetivo de ordenar o uso do espaço marinho, é vista pelo pescador artesanal como *inimigo*. A APA Marinha promove reuniões periódicas do seu Conselho Gestor com a presença de representantes dos pescadores artesanais, mas o fluxo de informações entre representantes e representados é deficitário. Há necessidade de promover ações que aproximem a APA do pescador e o estimule a trabalhar em conjunto para a melhoria da gestão, bem como de qualificação da participação dos pescadores para a representação neste fórum. Vale destacar que na APAMLN é proibida a pesca de arrasto com a utilização de parelhas independentemente das suas arqueações brutas<sup>19</sup>.

Muitos são também os relatos de insegurança no mar pelo porte de arma de outras categorias de pescador. Para se defenderem, os pescadores artesanais estão também saindo armados para pescar e os conflitos ficam mais acirrados e perigosos.

<sup>19</sup> Decreto n. 53.525, de 8 de outubro de 2008 / Resolução SMA n. 69, de 28 de setembro de 2009

O detalhamento e as especificidades dos problemas socioambientais não relacionados à cadeia produtiva do petróleo e gás para cada município do litoral norte estão descritas nos **Anexos III a VI**.

Os problemas socioambientais relacionados às atividades de petróleo e gás da região estão associados aos empreendimentos TEBAR da TRANSPETRO, a Plataforma Mexilhão PMXL-1 e ao gasoduto entre PMXL-1 e UTGCA.

As atividades da indústria petrolífera no litoral norte se iniciaram no município de São Sebastião com a construção do Terminal Almirante Barroso – TEBAR – em 1963 e sua operação em 1969. O terminal está situado ao norte da cidade de São Sebastião e destaca-se como o maior terminal de óleo e derivados da América Latina (REIS, 2011).

O TEBAR se caracteriza por dois píeres<sup>20</sup> para atracação dos navios petroleiros que são utilizados para embarque e desembarque do petróleo e derivados e que se ligam aos tanques de armazenamento localizados na porção terrestre do município por meio de uma ponte com tubovia de 1.247 metros de extensão. Destes tanques de armazenamento, o petróleo e derivados são escoados por meio dos oleodutos que saem do TEBAR para quatro refinarias, localizadas em Cubatão, Paulínia, São José dos Campos e Capuava-Mauá. A administração do terminal é feita pela TRANSPETRO, subsidiária integral da PETROBRAS, cujas atividades estão relacionadas às áreas de produção, refino e distribuição de petróleo e derivados, gás e etanol (REIS, 2011). O **Quadro IV.4-1** detalha as estruturas do complexo terminal TEBAR.

Na **Figura IV.4-1** é possível visualizar espacialmente as estruturas do TEBAR no município de São Sebastião.

<sup>20</sup> O píer norte possui 300 metros de extensão e é utilizado para embarque e desembarque de derivados e o píer sul com 600 metros de extensão é utilizado para o embarque e desembarque de petróleo.



**Quadro IV.4-1 - Características do Terminal Almirante Barroso – TEBAR**

Estruturas	Terminal TEBAR
Atracadouros e píeres	2 píeres (norte e sul) com atracadouro
Armazéns	41 tanques de armazenamento de granéis líquidos (petróleo e derivados).
Dutos	São Sebastião – RPBC: (Cubatão) 120 km São Sebastião – REVAP (São José dos Campos): 121km São Sebastião – RECAP (Capuava – Mauá): 120km+36 km (a partir da REDUC) São Sebastião – REPLAN (Paulínea): 220km

Fonte: Adaptado de REIS (2011).



**Figura IV.4-1** – Terminal Almirante Barroso – TEBAR com indicação do píer norte e sul e destaque dos tanques de armazenamento. Fonte: Google Earth (set/2012).

Pode-se dizer que o TEBAR tem grande importância na cadeia produtiva de petróleo e gás brasileira, pois de acordo com Reis (2011) todo o petróleo que é processado pelo estado de São Paulo passa por São Sebastião, o que equivale a 50% de todo o petróleo processado no país. Além disso, o espaço portuário de São Sebastião, por meio do TEBAR, foi o que mais movimentou cargas de granéis líquidos, 46.550.821 toneladas, equivalentes a 22,3% do total.

Estudo realizado por Poffo *et al.* (2001:1) sobre o histórico de vazamentos de óleo no litoral norte do estado de São Paulo, aponta o impacto causado pelos vazamentos de óleo nas regiões sudeste e sul do Brasil,

“basicamente em função da presença do terminal Almirante Barroso da PETROBRAS, o qual recebe cerca de 55% de todo o petróleo que chega ao país.”

As águas do Canal de São Sebastião e do restante do litoral norte paulista foram as mais prejudicadas pelas 220 ocorrências de vazamentos no período 1974 a 1999 em comparação a outros ambientes costeiros. O município de Ilhabela foi o mais afetado pelos vazamentos de óleo em quantidade de praias e ilhas atingidas (40), houve casos de vazamento que chegaram a atingir praias da costa leste de Ubatuba e algumas praias de Caraguatatuba também já foram atingidas por vazamentos de óleo no período citado. (POFFO, 2000).

No **Quadro IV.4-2** observa-se uma lista com o histórico dos principais vazamentos de óleo no litoral do estado de São Paulo no período entre 1974 – 1999, sendo que grande parte deles no município de São Sebastião.

**Quadro IV.4-2 - Principais vazamentos de óleo no litoral de São Paulo (1974 – 1999)**

Fonte	Data	Local	Volume Vazado (m <sup>3</sup> )
N/T Takimyia Maru	Ago/1974	São Sebastião (SP)	6.000
N/T Brazilian Marina	Jan/1978	São Sebastião (SP)	6.000
Oleoduto S. Sebastião - Cubatão	Nov/1983	Bertioga (SP)	2.500
Barcaça abastecedora	Set/1984	Santos (SP)	450
N/T Marina	Mar/1985	São Sebastião (SP)	2.000
Oleoduto S. Sebastião - Cubatão	Mai/1988	São Sebastião (SP)	1.000
Oleoduto S. Sebastião - Cubatão	Ago/1989	São Sebastião (SP)	350
N/T Penelope	Mai/1991	São Sebastião (SP)	280
Oleoduto S. Sebastião - Cubatão	Mai/1994	São Sebastião (SP)	2.700
N/M Smyrni	Jul/1998	Santos (SP)	40
N/T Maruim	Ago/1998	São Sebastião (SP)	15

Fonte: Adaptado de POFFO, 2000

Durante o DP boa parte das comunidades relatou os vazamentos como problemas ambientais ocorridos na região, demonstraram preocupações com futuras ocorrências e relacionaram a diminuição do pescado e do marisco a estes eventos.

Os problemas ambientais associados pelos pescadores ao gasoduto entre a Plataforma Mexilhão e a UTGCA foram principalmente o excesso de lama do fundo do mar que *subiu* por causa das obras no momento de instalação, impactando o ambiente marinho e a fauna pesqueira, segundo eles ocasionando a diminuição do pescado.

Vale lembrar que a instalação destes empreendimentos se iniciou a partir de 2008, sendo que a plataforma de Mexilhão está instalada a cerca de 140 km da costa da praia das Palmeiras em Caraguatatuba e possui um gasoduto de 146 Km instalado da plataforma até a unidade de tratamento de gás Monteiro Lobato UTGCA.

Alguns pescadores relatam que a diminuição dos estoques eram sentidos antes da instalação do gasoduto e continuaram sendo sentidos após a liberação da área. Esse fato divide opiniões entre eles. Muitos acham que a causa são os empreendimentos de petróleo e gás da região, outros acreditam ser um complexo de causas onde os empreendimentos de petróleo e gás é uma delas juntamente com a sobrepesca e as mudanças ambientais.

Um dos pescadores citou:

*"na realidade a gente sabe que as mudanças começaram a acontecer depois que instalaram o TEBAR em São Sebastião, antes era uma fartura ... de lá prá cá vem diminuindo"* (pescador de Caraguatatuba).

Estudo realizado na área de influência dos empreendimentos de exploração e produção de gás e condensado da Bacia de Santos - PMXL-1 (entre 2008 e 2011), pelo Instituto de Pesca de São Paulo aponta uma conjunção de fatores que pode alterar as capturas:

"O sucesso nas capturas de pescados pode ser resultante de uma multiplicidade de fatores, como petrecho de pesca utilizado, ciclo sazonal das espécies, interferência de outras atividades antrópicas e

inúmeras condicionantes ambientais, cuja disponibilidade de dados para análise é limitada ou inexistente. O rendimento das pescarias, em termos de captura por unidade de esforço (CPUE: dias de pesca, número de operações pesqueiras, etc.) varia, em princípio, com o tamanho das populações de peixes, moluscos e crustáceos exploradas. Desta forma, uma diminuição sistemática no número de indivíduos ou na biomassa de uma população levaria a menores rendimentos pesqueiros. No entanto, fatores bióticos, abióticos e tecnológicos podem alterar a relação entre a CPUE e a população explorada, fazendo com que uma variação observada na CPUE não necessariamente seja o reflexo direto de variações no tamanho da população.” (INSTITUTO DE PESCA, 2012:24)

O mesmo estudo concluiu que a alteração das capturas no período de 2008 (pré-instalação do duto) a 2011 não tiveram alterações significativa na faixa dos dutos e nas áreas da modelagem (setor de influência direta S02/faixa do duto e suas adjacências S01 e S03/faixa à direita e à esquerda) para efeito de comparação. (INSTITUTO DE PESCA, 2012:16).

No entanto qualquer alteração no ambiente marinho e sua biota gera impacto ambiental. Neste caso há também o estabelecimento de um conflito de interesses pelo uso do mesmo espaço entre as diferentes categorias de pescadores e a indústria petrolífera, sendo os pescadores artesanais os mais prejudicados pela sua vulnerabilidade socioambiental.

Vale ressaltar ainda que os projetos em planejamento de ampliação do Porto de São Sebastião, do píer do TEBAR e das atividades do petróleo e gás relacionadas ao polo pré-sal na região indicam que vão ser intensificadas as atividades relacionadas ao petróleo e gás na região e conforme aponta (ALEIXO et al apud ARCADIS Tetraplan, 2010)

“As atividades relacionadas ao petróleo também poderão acarretar redução dos estoques pesqueiros. Na fase de pesquisa sísmica são utilizados explosivos para perfilagem sísmica, acarretando morte de grandes quantidades de peixes, diminuindo gradativamente a produtividade da região”

Segundo a Avaliação Ambiental Estratégica - AAE do PINO (op. cit.), nos próximos anos, o cenário da pesca marinha do estado de

São Paulo deverá sofrer uma série de alterações em face dos investimentos petrolíferos e portuários:

“devido ao aumento das atividades humanas nos ecossistemas costeiros, decorrentes da ampliação dos investimentos petrolíferos e portuários. Tais pressões acarretarão diminuição da quantidade e qualidade de pescado marinho paulista, bem como aumento da intensidade dos conflitos com economias locais da pesca, com populações de pescadores tradicionais e conflitos de uso dos recursos naturais (plataformas X pesca)”.

Os pescadores se mostraram preocupados com os novos empreendimentos na região porque sabem que implicam em uma diminuição das áreas de pesca.

A diminuição da área de pesca pelos crescentes investimentos nos empreendimentos de petróleo e gás representa uma perda real na capacidade de reprodução social do pescador na medida em que impacta diretamente na sua capacidade de auferir renda para o sustento familiar.

#### IV.5 - Infraestrutura e políticas públicas correlatas

Os principais problemas de ordem regional apontados durante o DP são a ineficiência dos sistemas de saneamento ambiental<sup>21</sup>, de habitação e da malha viária atual. Os problemas se potencializam com a expansão na região de empreendimentos chamados de megaprojetos<sup>22</sup> conforme aponta TEIXEIRA *et al.* (2012).

O ponto essencial de convergência com o PEA-SP é que os megaprojetos do litoral norte são *colocalizados*, ou seja, instalados num mesmo espaço geográfico, provocando transformações socioambientais e estruturais numa região já com uma parcela alta da população vulnerável socialmente. Os grupos sociais

<sup>21</sup> “Saneamento Ambiental é considerado um conjunto de ações, serviços e obras que têm por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializados” (SABESP, 2012).

<sup>22</sup> “Definidos como grandes empreendimentos de infraestrutura com orçamentos superiores a 1 bilhão de dólares e com capacidade substancial de geração de impactos sociais, ambientais e econômicos, atraindo grande atenção popular (FLYVBJERG et al., 2003 apud TEIXEIRA et al., 2012)”.



diagnosticados são parte dessa população e já sentem as alterações na dinâmica regional e os efeitos cumulativos do *boom* de crescimento industrial numa região, até então, voltada ao turismo.

Os moradores do litoral norte observam como impacto negativo a sobrecarga dos aparelhamentos municipais e da infraestrutura básica e como impactos positivos a expectativa de aumento da oferta de empregos, postos mais qualificados de trabalho e diversificação das opções de lazer, cultura e serviços.

Existem políticas públicas em andamento na região para mitigar ou solucionar os problemas estruturais atuais e com estudos de projeção para um horizonte de 15/20 anos, muitas delas direcionam as condicionantes dos processos de licenciamento dos empreendimentos. Em geral, as políticas são desconhecidas da população e pouco citadas durante as reuniões de DP. As mais conhecidas dos grupos sociais participantes do PEA-SP são as referentes a abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

Os municípios do Litoral Norte concederam a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) na década de 1970 seguindo as diretrizes do PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), extinto no início da década de 1990. A ineficiência na área de saneamento acarretou sérias consequências, com *déficit* nos índices de cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o que somente nos últimos anos tem recebido mais atenção da Sabesp, devido a pressão dos governos locais e dos fóruns sociais e ambientais. A alegação é de que o custo da implantação do sistema por tecnologia convencional é elevado, devido às condições geográficas locais e o isolamento de algumas comunidades ao longo dos 200 km de costa do litoral norte paulista.

As maiores preocupações durante as reuniões de DP foram com a falta de coleta e tratamento de esgoto e coleta de lixo que acabam poluindo as praias e rios. Além dos problemas de saúde, a contaminação dos corpos hídricos, da areia da praia e do mar impacta

as principais atividades econômicas da região – a pesca e o turismo. Foram inúmeras as falas durante o DP sobre a contaminação de rios por conta do lixo jogado nos rios, decorrente da atividade turística:

*“Esse rio aí era limpo, depois que os turistas vieram foi ficando desse jeito. As casas não tem fossa adequada e toda a ligação de esgoto é direto no rio. Também tem muito caseiro, empregado que joga o lixo no rio ...é um tal de descer sacolinha de lixo boiando. As vezes o dono nem sabe. São esses nordestinos que invadiram aqui...eles não tem cuidado com a natureza, não é como nós, os caiçaras”*

A Sabesp desenvolve o *Programa Onda Limpa* que objetiva garantir o afastamento e tratamento de esgotos no Litoral Paulista. Segundo a empresa, até 2015, o programa vai elevar o índice de coleta de esgoto da região de 35% para 85%, tratando 100% do total coletado. No entanto, o planejamento atual da empresa não contempla a expansão dos serviços de saneamento básico para as comunidades mais isoladas, devido ao alto custo do uso de tecnologias alternativas. Em 2012 a Câmara Técnica de Saneamento do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CT-SAN/CBH-LN), instituiu o Grupo de Trabalho (GT - Isoladas) com o objetivo de promover a discussão sobre os principais problemas que afetam o saneamento básico em comunidades da UGRHI03 não atendidas pelo serviço público de saneamento básico, cuja concentração está no município de Ilhabela, e viabilizar parcerias para a sua implantação. (CT-SAN/CBH-LN, 2012).

Através da Secretaria de Saneamento e Energia (SSE) foi solicitado além dos Planos Municipais de Saneamento, o Plano Regional de Saneamento da UGRHI 03. Estes devem levar em consideração a demanda de população adicional, seja ela fruto da visitação turística ou do crescimento acelerado da região. Também devem propor alternativas locais para disposição de resíduos, inclusive com a proposição de consórcios intermunicipais para sua solução desse outro problema (AEE-PINO, 2010). Atualmente os resíduos orgânicos são transportados por caminhão para municípios do Vale do Paraíba, com agravamento do problema na temporada de

verão: acúmulo de lixo em todas as cidades; acidentes com tombamento da carga gerando contaminação dos corpos hídricos do Parque Estadual da Serra do Mar; e congestionamento de horas.

Durante o DP questões ligadas à falta de coleta, disposição e programas de triagem e reciclagem foram abordados com frequência, necessitando urgente de uma solução regional integrada que garanta além de uma disposição adequada e tratamento eficiente, a melhoria de renda e de qualidade de vida de muitos moradores com a inserção destes em sistemas de triagem de material destinados à reciclagem dos resíduos sólidos.

Segundo AAE do PINO, a projeção de aumento populacional esperado para a região no período de 2010 a 2015 é da ordem de 13,5% (cerca de 38.000 pessoas), em decorrência da nova dinâmica econômica, e deverá ser o mais crítico de pressão por oferta habitacional se a projeção se confirmar.

O litoral Norte possui 87.476 domicílios localizados em área urbana, segundo o Censo 2010/IBGE. Em relação ao número de domicílios computados no Censo de 2000 houve um acréscimo em torno de 43% de domicílios. A maioria destes tem infraestrutura interna inadequada, ausência de pelo menos um dos serviços públicos de abastecimento (água e energia elétrica) e de coleta (lixo e esgotamento sanitário). As maiores carências são de esgotamento sanitário e de abastecimento de água potável.

Todos os municípios do litoral norte estão conveniados com o Programa Cidade Legal do governo do estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Habitação; 54% dos convênios são em Caraguatatuba. O Programa criado em 2007, atua na construção de novas casas, na reforma e melhoria de residências. Além de implementar, agilizar e desburocratizar a regularização fundiária.

Por meio do programa, a Secretaria de Estado da Habitação firma Convênios de Cooperação Técnica, oferece orientação e apoio técnico às prefeituras para a regularização de parcelamentos do solo

e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana.



**Figura IV.5-1 - Aviso de congelamento da área (São Sebastião)**



**Figura IV.5-2 - Bairro em situação irregular (na encosta) (São Sebastião)**

Se não houver a implementação de políticas econômicas, sociais e urbanas integradas, o processo de demanda por moradias poderá resultar em maior pressão para ocupação de áreas ambientalmente frágeis, com o adensamento de assentamentos irregulares, alguns, atualmente, sob processo de congelamento ou novas ocupações.

“Nesse sentido, ressalta-se a aplicação da Resolução SMA 68/2009, que define medidas para evitar o agravamento da pressão sobre áreas protegidas, voltadas a empreendimentos no litoral paulista, prevendo a necessidade de soluções habitacionais decorrentes da atração de mão de obra, tanto na fase de instalação como de operação” (ARCADIS Tetraplan, 2010:43 parte III).

Novos instrumentos de controle, monitoramento e gestão do território devem ser colocados em prática, em paralelo com investimentos maciços em infraestrutura urbana, urbanização de favelas e regularização fundiária, assim como de produção de moradias para diversos níveis de renda que atendam o fluxo migratório que está por vir.

A falta de ordenamento do solo, sem a devida aplicação dos instrumentos regulatórios - Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) e Planos Diretores Municipais (PDM) - com metodologias participativas tem gerado um parcelamento irregular do solo da área de expansão

urbana, ou seja, da apropriação do que resta de área rural, transformando unidades familiares produtivas em moradias precárias do ponto de vista sanitário, em processo de favelização, muitas vezes invadindo os limites das unidades de conservação, uma vez que as áreas rurais remanescentes estão no sopé das encostas do PESH, no continente, e no entorno do PEIb, em Ilhabela.

O ZEE do Litoral Norte deveria ter sido atualizado em 2009 e os Planos Diretores estão em processo de atualização. Caraguatatuba encerrou seu processo no 1º semestre de 2012. Este é o município com maior potencial de expansão física e estrategicamente central na implantação dos megaprojetos. No Plano Diretor Municipal, a planície relativamente extensa ocupada com usos agropecuários está delimitada como Zona de Expansão Urbana<sup>23</sup>, contemplando usos de preservação, usos mistos verticalizados, industriais (associados a petróleo e gás), zona de logística e retro portuária, área de suporte urbano, aeroporto. Sete dos empreendimentos do AAE do PINO situam-se nesta gleba, e quatro na área urbana de Caraguatatuba. Há oposição entre proposta do Plano Diretor e o ZEE, onde a área é delimitada como Z.3 (usos agropecuários).

Esse conflito ficou muito evidenciado nas comunidades agrícolas participantes do DP que são pressionadas para venda de suas propriedades. Historicamente tem-se observado que os municípios raramente conseguem se planejar e criar uma infraestrutura de suporte para absorver as novas demandas sem colapsar a infraestrutura existente, mesmo com o incremento das receitas públicas com o repasse dos *royalties* (ver item IV.6).

Um último aspecto estrutural a ser abordado e que impacta diretamente o déficit habitacional da região é a ampliação da Rodovia dos Tamoios (SP 099), e o Contorno, obras já citadas anteriormente. Estão previstas cerca de 1.290 desapropriações nos 394,48 ha da faixa de domínio das novas rodovias. Segundo TEIXEIRA *et al.*(*op.*

<sup>23</sup> Engloba as Zonas Destinadas ao Reporto - ZDR; Zona Industrial de Uso Estratégico de Uso Correlato ao Petróleo e Gás - ZIEPG; Zona de Gerenciamento Especial – ZGE (UTGCA)



*cit.*), a melhoria na acessibilidade entre Caraguatatuba e São Sebastião poderá favorecer o adensamento urbano em setores específicos de ambos os municípios.

Segundo a avaliação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) dos empreendimentos, o crescimento no trânsito de veículos nas novas estradas da região será de 58% para veículos leves e de 280% para caminhões com destino ao Porto nos próximos 20 anos. Como o trânsito é atualmente a principal fonte de emissões atmosféricas na região, essa perspectiva de crescimento é preocupante. Igualmente preocupante é o inevitável aumento dos congestionamentos, dos acidentes, atropelamentos em níveis muito superiores aos sentidos durante a instalação da UTGCA e relatados pelos participantes do DP.

#### **IV.6 - Perspectivas socioeconômicas**

Neste item serão abordados alguns problemas e potencialidades identificados durante o DP relacionados às suas atividades econômicas e que resultam na possibilidade de perda ou ganho econômico. As principais atividades econômicas dos participantes do DP estão relacionadas à pesca e ao setor do turismo e em menor grau às roças, ao artesanato e às festas tradicionais. A pesca já foi abordada no item IV.2. A cadeia produtiva do petróleo e gás é o novo componente econômico vinculado ao território.

O turismo será aqui analisado no sentido de ser entendido como potencialidade pelos participantes do DP, mas também como atividade que resulta em problemas ambientais e conflitos.

A cultura caiçara presente em todo o litoral norte, apesar de ter suas atividades típicas impactadas pelas restrições ambientais e pelos setores econômicos do turismo e da indústria do petróleo e gás, mantém muitas de suas características.

As comunidades manifestam o interesse em realizar algumas das atividades típicas da cultura, e veem nisto oportunidade para a melhoria da qualidade de vida. Os caiçaras expressaram o desejo de voltar a ter suas roças de subsistência, fazer suas canoas, realizar o extrativismo vegetal, comemorar a colheita ou uma boa pescaria com

suas festas. Além de recuperar manifestações da cultura, vislumbram a possibilidade de geração de renda e ganhos econômicos.



**Figura IV.6-1 - Artesanato em taquara, típico das comunidades pesqueiras da Ilha de Búzios (Ilhabela)**



**Figura IV.6-2 - Artesanato em madeira - Pr. da Serraria (Ilhabela)**

O interessante é que para todos os grupos tradicionais o turismo aparece como potencial sempre associado à cultura, pois entendem que o conhecimento da mata, do mar, e do lugar pode ser aproveitado para guiarem os turistas nas trilhas, cachoeiras, ilhas e lajes. Além da culinária caiçara, farinha e artesanato que acreditam ter um grande potencial de venda aos turistas se retomarem as festas ou fortalecê-las no caso das comunidades que já a praticam.

No caso dos caiçaras, pescadores artesanais e quilombolas identifica-se que o tipo de turismo almejado é o ecoturismo e turismo histórico-cultural enquanto os caipiras e sitiantes pensam em desenvolver o turismo rural. Ambos estão alinhados ao conceito de potencialidade do IBAMA (2005:10): *“atributos de um ou mais ecossistemas ou de um bioma, passíveis de uso sustentável”*.

O processo de urbanização decorrente da atividade turística contribuiu para a desorganização das atividades caiçaras e foi um dos responsáveis por grandes transformações na cultura nessas populações, levando a perda ou limitação do território e de algumas atividades típicas. Entretanto, o desejo manifesto dos participantes do DP de retomada de aspectos fundamentais da cultura tem na atividade turística um motor poderoso.

Assim,

“é importante compreender a cultura como processo dinâmico, em constante mutação, um aprendizado das relações entre o homem e o seu meio. A cultura e o território transformam-se juntos, na própria estratégia de sobrevivência. Portanto, hoje não se pode procurar como cultura caíra a de 50, 40, 30 anos atrás, antes da penetração do turismo, porque a transformação do espaço é acompanhada pela transformação da cultura.” (CALVENTE, 1999:31).

Em estudo sobre as ilhas do litoral paulista e a implantação dos Planos de Manejo, Furlan (1997) constata que não se tem investido na elaboração de planos específicos de implementação, como os de visitação e educação ambiental ou ecoturismo. Além disto, a abordagem do que existe reduz o ambiente aos componentes naturais, não havendo lugar para os habitantes desses locais e não considerando a importância deles nos projetos conservacionistas. Assim, o apelo ao lazer é muito mais forte e incentivado do que o apelo cultural, característica intrínseca do chamado turismo *praia e sol*.

Além do pouco direcionamento de planos, citado por Furlan, e identificado em campo, o desenvolvimento dessas potencialidades pelas comunidades esbarram também em sua frágil organização social e política, pois: i) não sabem onde acessar as políticas públicas de fomento; ii) têm dificuldades na articulação com as UC de proteção integral e com as secretarias municipais de turismo; iii) são exceções as comunidades que desenvolvem o ecoturismo, o turismo histórico-cultural e o turismo rural com benefícios significativos para a comunidade.

Sobre o petróleo e gás, a questão dos *royalties* é importante de ser tratada por incidir em um aumento na arrecadação dos municípios, abrindo-se a possibilidade de reivindicação da população afetada para que esse recurso seja direcionado também a ações que revertam em seu benefício. Um dos aspectos abordados pelos participantes é a falta de oportunidades de empregos para a população local na cadeia de petróleo e gás da região.

O recebimento de *royalties* no litoral norte se iniciou na década de 1970 quando o município de São Sebastião passou a recebê-los decorrente das atividades de operação do TEBAR. Atualmente todos os municípios recebem esses benefícios por causa das atividades dos empreendimentos de petróleo e gás no litoral norte, que no acúmulo do ano de 2011, considerando todos os quatro municípios geraram um total de R\$ 159.034.221,35. A perspectiva é de elevação do volume de recursos, em razão da ampliação das atividades.

Apesar da aplicação dos *royalties* ser de responsabilidade da prefeitura municipal e, portanto, se limitar ao território municipal, o recebimento do benefício decorrente das atividades do empreendimento Plataforma Mexilhão PMLX-1 extrapola os limites municipais e por isso é importante ser abordado no contexto regional.

Mesmo com o recebimento dos *royalties* na região iniciado há décadas foi comum os participantes do DP declararem não saber do que se tratava. Quando os participantes eram informados que a prefeitura recebia um valor mensalmente relacionado à exploração de gás da plataforma Mexilhão (*royalties*) e que a mesma é a responsável pela aplicação do recurso no município, todos demonstravam um sentimento de descrença e descrédito para com o poder público municipal, entendendo que essa verba não seria bem direcionada pela gestão da prefeitura.

De forma geral, o tema suscitou um debate entre os participantes que se interessaram muito pelo assunto. No entanto, as pessoas não sabiam como acessar informações sobre sua aplicação, se poderiam ter benefícios para a comunidade custeados por esse dinheiro (pavimentação de estradas; iluminação pública, melhoria nos transportes, posto de saúde, entre outros).

No momento que eram informados que todo cidadão tem direito de saber o que é feito desse recurso, a expressão de surpresa e dúvida foi grande e essa informação estimulou a reflexão sobre a necessidade de melhorar a organização social e fortalecer as organizações já existentes. As comunidades entenderam a

necessidade de estarem bem organizadas para poderem buscar a informação sobre os *royalties* no órgão responsável correto e também terem mais chance de sucesso na reivindicação em relação à aplicação do benefício.

Nas comunidades de pescadores o debate também acalorado era se a prefeitura tinha obrigação de investir em melhorias para eles uma vez que se sentem o grupo mais impactado pelos empreendimentos de petróleo e gás. Essa percepção dos pescadores é reconhecida e referendada pelo IBAMA que *a priori* considera os pescadores artesanais como diretamente afetados pelas atividades de petróleo e gás, conforme relata ANELLO, (2009:100,101). Todavia, em nenhuma comunidade de pescadores foi identificada a aplicação de recursos dos *royalties*.

Analisando a experiência internacional dos países exploradores de petróleo, Seabra et al. (2011) aponta que em geral ocorre:

“Um crescimento inferior ao projetado, fraca diversificação econômica, altos níveis de pobreza e desigualdade, impactos ambientais devastadores no nível local, corrupção desenfreada, governança excepcionalmente insatisfatória, e grandes incidências de conflitos e guerra”.

Para o cenário brasileiro, Seabra *et al.* (2011) aponta, no caso da Bacia de Campos, que o excesso de liberdade do administrador público na aplicação das verbas petrolíferas tem resultado em episódios de mal gasto de dinheiro público e suspeitas de corrupção. Além de que um dos aspectos marcantes da atividade petrolífera no Brasil é a *“frequente alienação da população local frente aos benefícios da indústria petroleira”*. (SEABRA, et al., 2011:64).

Atualmente estão em discussão na esfera jurídica as normativas que ordenarão os critérios para a distribuição e aplicação dos *royalties*, decorrente da promissora província petrolífera do pré-sal. Parlamentares de todo o país lançam suas campanhas em defesa do suposto direito dos seus respectivos estados a essa renda. (SEABRA et al., 2011).



De acordo com Parecer n. 1063 de 2012 da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento sobre o projeto de lei n. 290, de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do estado para o exercício de 2013:

“Através da LDO, o governo paulista também pretende deixar completamente livres os recursos oriundos dos *royalties*, recursos estes que devem crescer fortemente nos próximos anos, com a exploração do Pré-sal. Emendas que buscam direcionar estes recursos para os setores da educação, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e redução das desigualdades, conforme Lei Federal aprovada em 2011, foram rejeitadas pela relatora. Em outras palavras, não teremos qualquer garantia de como estes recursos serão aplicados no Estado. Os perigos desta enxurrada de recursos sem destinação pré-estabelecida é um risco que o Brasil não deve correr, mas o Estado de SP parece pouco preocupado.”

Portanto, a falta de informação sobre os *royalties* e sua aplicação foi o principal problema socioambiental identificado durante o diagnóstico que extrapola os limites municipais e pode ser considerado indiretamente relacionado à cadeia produtiva do petróleo e gás, porque a responsabilidade de distribuição, fiscalização e informação sobre o benefício é da ANP e não das empresas exploradoras.

Com o panorama jurídico atual sobre os critérios para aplicação dos *royalties* ainda em vias de definição e a possibilidade dos recursos não terem uma destinação pré-estabelecida é de extrema importância a participação das comunidades do litoral norte nesta discussão para o controle social da distribuição e aplicação dos *royalties*.

A falta de oportunidades de emprego para a população local nos empreendimentos da PETROBRAS foi identificado como um problema diretamente relacionado à cadeia produtiva do petróleo e gás, que extrapola os limites dos municípios. Foram comuns as falas dos participantes em todos os municípios que indicam a percepção deles de que a PETROBRAS não aproveita a mão de obra local:

**“só contrata gente de fora” (Pescador de São Sebastião).**

Com relação ao TEBAR-TRANSPETRO, em citação de Paiva (2007) observa-se que foi dada a preferência para a contratação de trabalhadores de outras regiões na época de sua implantação:

“A instalação do TEBAR provocaria uma corrida das populações vizinhas em busca de emprego. Começava o fluxo Minas-São Sebastião, provindo do sul daquele estado a maior parte dos trabalhadores braçais, que a PETROBRAS mandava buscar em caminhões, recrutando serventes, pedreiros e armadores”. (PAIVA, 2007:53).

Em relação à unidade da UTGCA em Caraguatatuba, de instalação mais recente, também houve muitas reclamações relacionadas à falta de oportunidade de empregos para a população local. Segundo um entrevistado

*“O Consórcio Caraguatatuba (responsável pela construção da UTGCA) deveria contratar 40% de pessoas de Caraguatatuba; 20% dos outros municípios do litoral norte e 40% de fora. Mas não cumpriram e contrataram somente 20% de Caraguatatuba, agora estão sendo cobrados pelo IBAMA e vão contratar o estipulado nessa nova etapa de complementações da UTGCA”.* (morador de Caraguatatuba)

Outro morador falou que a empresa

*“precisa investir mais em capacitação da mão de obra local uma vez que está gerando riqueza aqui”.* (morador de Caraguatatuba)

A expectativa da geração de empregos é grande tanto por parte da população local como de pessoas de outras regiões do país que se deslocam a procura dessas vagas, resultando em impactos socioeconômicos e estruturais no município.

Cabe o destaque do relato da técnica da PETROBRAS. Segundo ela, na época foram oferecidas vagas para diversos cargos para a mão de obra de Caraguatatuba, porém não foi possível preencher todas as vagas com os trabalhadores do município, principalmente porque muitos não possuíam qualificação ou experiência para atender as exigências das vagas abertas, por isso foi necessária à contratação de trabalhadores de outros municípios. Neste aspecto, deve-se destacar a importância da qualificação da mão de obra local para aumentar as contratações locais e reduzir a migração. Assim, considerando que novas obras serão iniciadas para ampliação da

UTGCA, poderão ser evitados novos conflitos entre a população dos municípios do litoral norte e a empresa responsável pelas obras.

## V. ANÁLISE MUNICIPAL

Este item trata das especificidades dos municípios que compõem o Litoral Norte, destacando-se os principais problemas e impactos causados pela cadeia produtiva de petróleo e gás (P&G), os impactos socioambientais não associados à referida cadeia produtiva, destacando ainda as principais potencialidades. Todos os resultados estão pautados pela percepção dos sujeitos prioritários que participaram do diagnóstico associada à análise de dados publicados e projetos em execução na região. O detalhamento dos quatro municípios segue anexado a este relatório e contém os resultados e análise processual do DP (**Anexos III a VI**).

### V.1 - Ubatuba

Ubatuba tem grande diversidade de culturas tradicionais (caiçaras que são pescadores artesanais e que praticam a agricultura familiar e grupos quilombolas). Dez comunidades participaram do DP e quatro destas estão inseridas no PAPP conforme **Quadro III.1** e, portanto, são diretamente impactadas pelas atividades ligadas ao Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural e Condensado no Campo de Mexilhão da Bacia de Santos. Nas demais comunidades não foram identificados no DP impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás.

Entretanto, em Caçandoca, Caçandoquinha e Almada os participantes relataram vazamentos de óleo no passado que atingiram as suas praias, sem saber identificar os responsáveis pela causa, enquanto Praia Grande do Bonete, Sertão do Ubatumirim, Estaleiro e também Almada demonstraram preocupações com futuros vazamentos da Plataforma Mexilhão PLMX-1 e do gasoduto. Além disso, consideram que a proximidade com Caraguatatuba, onde está instalada a UTGCA, possa induzir o adensamento populacional

urbano, a especulação imobiliária, potencializando a perda da cultura caiçara.

Cabe ressaltar que o município não possui empreendimentos terrestres, mas é área de influência do empreendimento Projeto Mexilhão. Por sua posição mais periférica em relação aos empreendimentos de petróleo e gás recebe menos *royalties* do que os demais municípios do litoral norte.

Os pescadores sofrem influência das atividades relacionadas aos navios petroleiros que se deslocam rotineiramente entre o canal de São Sebastião, o porto e o píer TEBAR (Terminal Almirante Barroso). Fato que é evidenciado pela existência de casos em que os vazamentos de óleo chegaram a atingir as praias da costa leste de Ubatuba (POFFO, 2000).

Diante desse cenário, os problemas socioambientais oriundos das atividades petrolíferas e portuárias incidem em conflitos entre pescadores artesanais com as atividades do TEBAR (TRANSPETRO) e com o Porto de São Sebastião.

Os problemas socioambientais não relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás estão relacionados ao PESM em razão das restrições no uso do recurso natural, ao processo de urbanização turística do município e à realização da atividade pesqueira não artesanal, resultando em conflitos entre os pescadores artesanais, os órgãos fiscalizadores (Polícia Florestal) e gestores (Fundação Florestal) do PESM; entre os pescadores artesanais, os turistas e empreendimentos turísticos (condomínios, marinas, casas de veraneio) e por fim entre os pescadores artesanais e industriais, amadores, bem como os órgãos responsáveis pelo ordenamento marítimo (Polícia Ambiental, Marinha e IBAMA).

Os grupos quilombolas<sup>24</sup> sofreram significativos impactos relacionados à urbanização turística, tendo um histórico de disputa pelo território e conflitos com condomínios e pessoas de fora da comunidade que acabaram se apropriando de suas terras. Com o

---

<sup>24</sup> Grupos da Caçandoca e da Caçandoquinha

reconhecimento como remanescentes quilombolas conseguiram o direito à terra, que passou a ser de uso coletivo. Entretanto, contraditoriamente, o reconhecimento ao invés de fortalecer a organização política e social da comunidade parece tê-las fragilizado e enfraquecido, pois intensificou o conflito interno entre os grupos familiares, que passaram a disputar as terras e as posses. (ver detalhamento no Anexo do Relatório Municipal de Ubatuba).

A pesca foi identificada como a principal potencialidade para as comunidades pesqueiras do município apesar de todos os problemas levantados durante o DP. As comunidades quilombolas, de Picinguaba e da Praia Grande do Bonete citam a maricultura como um potencial e uma alternativa para a pesca artesanal. Outras atividades típicas da cultura caiçara são vistas como potencialidades: o artesanato, a culinária típica, as festas ligadas à colheita ou à pescaria e o uso de plantas medicinais. O desenvolvimento dessas atividades como fonte geradora de renda está associado ao turismo, pois o turista é o potencial consumidor dos produtos da cultura local.

O turismo também é visto como potencialidade, atrelado à exploração dos atrativos naturais, das trilhas, ilhas e praias e assim pensado como ecoturismo. Para melhor detalhamento sobre os problemas, conflitos e potencialidades do município consultar o **Anexo III - Relatório Municipal de Ubatuba**.

## V.2 – Caraguatatuba

Em Caraguatatuba oito comunidades participaram do DP (04 de agricultores familiares e 04 de pescadores artesanais). Todas as comunidades de pesca estão inseridas no PAPP conforme **Quadro III.1-1** e, portanto, diretamente impactadas pelas atividades ligadas ao Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural e Condensado no Campo de Mexilhão da Bacia de Santos. Neste caso há um conflito de interesses pelo uso do mesmo espaço marinho entre os pescadores artesanais e a indústria petrolífera. As comunidades agrícolas também são diretamente impactadas pelas atividades da UTGCA.



Conflitos com o poder público local também foram identificados em decorrência de problemas de infraestrutura urbana, citados principalmente pelas comunidades rurais. Estes problemas, como iluminação pública, energia elétrica, saneamento básico e manutenção de estradas e acessos, refletem a insuficiência de políticas e ações públicas locais que acompanhem o crescimento demográfico, acentuado recentemente com a instalação da UTGCA, e com a perspectiva ainda maior de aumento decorrente das atividades do Polo Pré-Sal dos empreendimentos de petróleo e gás.

Em relação ao uso e ocupação do solo, os grupos prioritários identificam conflito com o turista, responsabilizando-o, juntamente com as marinas, pela especulação imobiliária que provoca conflito pelo uso da praia e os prejudicam na medida em que são impedidos de manter seus ranchos, guardar seus petrechos, consertar suas redes e até mesmo sair com seus barcos.

Entre os agricultores, identificou-se conflito com a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SMAAP), a Secretaria Estadual de Agricultura e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Litoral Norte. Esses conflitos em parte se devem ao fato de que os pequenos produtores não se sentem apoiados e representados por estas instituições e pela falta de orientação, apoio técnico e infraestrutura para a agricultura familiar.

Em relação aos pescadores artesanais, os principais problemas citados indicam conflitos estabelecidos com as organizações sociais da pesca (Colônia e Associações) e junto aos órgãos públicos do setor de pesca (Ministério da Pesca e Aquicultura), de gestão de unidades de conservação marinha (Fundação Florestal) e de fiscalização (Polícia Militar Ambiental e Capitania dos Portos). Além disso, é evidente o conflito entre os pescadores artesanais com outras categorias como a pesca industrial e a amadora.

Tanto agricultores como pescadores artesanais e maricultores reconhecem suas atividades econômicas como potencialidades.

O turismo foi indicado por todos os grupos como potencialidade, destacando os atributos naturais que podem ser explorados pelo ecoturismo, turismo rural, pesca esportiva e passeios de barco. Também atrelado ao turismo, mas com o foco na valorização e disseminação da cultura dos grupos prioritários, foram mencionadas como potencialidades festas para promoção dos produtos e incremento de renda.

Em decorrência das instalações da UTGCA, da plataforma de Mexilhão instalada a cerca de 140 km da costa, e do gasoduto que liga a plataforma à UTGCA, o município é o segundo maior recebedor de *royalties* no litoral norte. Para melhor detalhamento sobre os problemas, conflitos e potencialidades do município consultar o **Anexo IV - Relatório Municipal de Caraguatatuba**.

### V.3 - São Sebastião

Todas as comunidades que participaram do DP são de pescadores artesanais que se autoidentificam como caiçaras, com exceção de Sertão do Cambury, onde se consideram caiçaras, porém exercendo múltiplas atividades. Três comunidades estão inseridas no PAPP conforme **Quadro III.1-1** e, portanto, diretamente impactadas pelas atividades ligadas ao Sistema de Produção e escoamento de Gás Natural e Condensado no Campo de Mexilhão da Bacia de Santos. Já as comunidades de Barra do Rio Boiçucanga e Sertão do Cambury, não identificam impactos diretamente relacionados ao Campo Mexilhão, mas identificaram, respectivamente, vazamentos de óleo ocorridos que impactaram a atividade pesqueira e a falta de oportunidade de empregos para a população local no Porto de São Sebastião e na TRANSPETRO.

São Sebastião tem a presença da PETROBRAS desde o final da década de 1960, com o início da operação em 1969 do TEBAR administrado pela TRANSPETRO e por isso é o município da região com maior receita proveniente de *royalties*. Além do TEBAR há o

Porto de São Sebastião que iniciou suas atividades em 1955 e está em licenciamento para ampliação e diversificação dos serviços.

Devido a essas atividades, as praias do município foram as mais frequentemente afetadas por vazamento de óleo (POFFO, 2000) e, podem ser consideradas vulneráveis a futuros impactos ambientais. Tal cenário propicia conflitos entre pescadores artesanais com a TRANSPETRO e com o Porto de São Sebastião.

Os problemas socioambientais não relacionados à cadeia produtiva de P&G estão afeitos ao processo de urbanização turística ocorrido no município e a realização da atividade pesqueira, resultando em conflitos dos pescadores artesanais com os turistas e empreendimentos turísticos (condomínios, marinas, etc.) e entre os pescadores artesanais e pescadores industriais e amadores, bem como os órgãos responsáveis pelo ordenamento marítimo (Polícia Ambiental, Marinha e IBAMA) por entenderem que o ordenamento não está sendo feito.

Apesar de todos os problemas levantados, a pesca foi identificada como a principal potencialidade para as comunidades pesqueiras do município. As comunidades da Enseada e Barra do rio Boiçucanga enxergam a maricultura também como um potencial e uma alternativa para a pesca artesanal. Para melhor detalhamento sobre os problemas, conflitos e potencialidades do município consultar o **Anexo V - Relatório Municipal de São Sebastião**.

#### V.4 - Ilhabela

As comunidades que participaram do diagnóstico são de pescadores artesanais que se autoidentificam como caiçaras e todas estão contempladas no PAPP, conforme **Quadro III.1**, e, portanto, são diretamente impactadas pelas atividades ligadas à cadeia produtiva de P&G.

Apesar do município não possuir empreendimentos da cadeia produtiva de petróleo e gás implantados em sua porção terrestre, sofre influência das atividades relacionadas aos navios petroleiros

que se deslocam rotineiramente no canal de São Sebastião, para o porto e o píer TEBAR. Essa influência é evidenciada pelos casos de vazamentos de óleo que chegaram a atingir cerca de 40 praias na costa leste da Ilhabela. Além disso, o gasoduto que liga a Plataforma Mexilhão PMLX-1 a UTGCA passa entre as ilhas Vitória e de Búzios e de acordo com o EIA/RIMA (HABITEC, 2007), o município de Ilhabela tem possibilidade superior a 10% ser atingido por um acidente de derramamento de óleo.

Por não ter nenhum empreendimento de petróleo e gás em seu município, Ilhabela recebe menos *royalties* do que São Sebastião e Caraguatatuba, e está próximo dos empreendimentos e suscetível a impactos.

Diante desse cenário, os problemas socioambientais oriundos das atividades petrolíferas e portuárias incidem em conflitos entre pescadores artesanais com o TEBAR-TRANSPETRO e com o Porto de São Sebastião, justamente porque as atividades desses empreendimentos causam impactos à atividade pesqueira.

Os problemas socioambientais não relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás estão vinculados ao Parque Estadual de Ilhabela – PEIb – e suas restrições no uso do recurso natural, ao processo de urbanização turística ocorrido no município e a realização da atividade pesqueira não artesanal, resultando em conflitos entre os pescadores artesanais, os órgãos fiscalizadores (Polícia Florestal) e gestores do PEIb (Fundação Florestal); entre os pescadores artesanais, os turistas e empreendimentos turísticos (condomínios, loteamentos, casas de veraneio, etc.) e por fim entre os pescadores artesanais e industriais, amadores, bem como os órgãos responsáveis pelo ordenamento marítimo (Polícia Ambiental, Marinha e IBAMA).

Apesar de todos os problemas levantados, a pesca foi identificada como a principal potencialidade. O artesanato, a confecção de canoas e as roças também são vistas como potencialidades pela maioria das comunidades. Para melhor

detalhamento sobre os problemas, conflitos e potencialidades do município consultar o **Anexo VI - Relatório Municipal de Ilhabela**.

## VI – SUBSÍDIOS E DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DO PEA-SP

Chega-se ao final deste processo com o cumprimento das metas de 6 a 9<sup>25</sup> em face das reflexões feitas em todas as etapas de desenvolvimento do DP, em especial durante as reuniões de DP onde cada participante pode debater com seus pares e com a equipe técnica os temas prioritários para o PEA-SP, considerando-se:

- As informações levantadas no DP e tendo como referência os *caminhos comuns* identificados;
- Que o PEA-SP... *“deverá reafirmar o papel estratégico da organização e da participação da coletividade, na gestão dos recursos naturais e na busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de acordo com a Constituição Federal”* (IBAMA, 2005:6);
- Os projetos socioambientais deverão *“viabilizar a participação qualificada dos grupos sociais afetados pelo processo de licenciamento, bem como de proporcionar meios para a produção, aquisição de conhecimentos e habilidades e contribuir para o desenvolvimento de atitudes, visando à participação individual e coletiva na gestão do uso sustentável e na conservação dos recursos ambientais e na aplicação de decisões que afetam a qualidade ambiental”* (IBAMA, 2005:06).

Nesse sentido, cabe destacar que as 40 comunidades que participaram do diagnóstico são afetadas pelo processo de licenciamento ambiental, pois estão na área de influência dos empreendimentos de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás natural da PETROBRAS, na região 3 - Bacia de Santos e

<sup>25</sup> Meta 6 - Definir uma agenda comum de temas e ações em educação ambiental por região; Meta 7 - Apresentar os temas prioritários de educação ambiental por grupo social/comunidade de cada região; Meta 8 - Hierarquizar os temas prioritários de educação ambiental por grupo social/comunidade de cada região; Meta 9 - Relatar temas prioritários de educação ambiental em conformidade com as linhas de ação preconizadas na Nota Técnica CGPEG/IBAMA nº1/10. Ver Anexo X – Matriz de Análise Processual.



distribuídas espacialmente entre os quatro municípios do litoral norte, todos recebedores de *royalties* decorrente da operação destes empreendimentos. Portanto, são todas afetadas indiretamente pela cadeia produtiva de petróleo e gás, assim ao longo da execução do PEA-SP deve-se considerar a inserção dessas comunidades.

Todavia, como já citado anteriormente os sujeitos prioritários da ação educativa do PEA-SP são primordialmente os pescadores artesanais, pela dependência do uso do espaço marítimo para a sobrevivência e este ser diretamente impactado pelas atividades de petróleo e gás, razão pela qual o IBAMA considera os pescadores artesanais como diretamente afetados pelas suas atividades conforme relata ANELLO (2009:100,101).

Para o litoral norte de São Paulo, as 28 comunidades de pescadores artesanais inseridas no PAPP<sup>26</sup> são prioritárias para o início das atividades do PEA-SP, já que são contempladas pelo PCAP – Projeto de compensação da interferência da atividade do petróleo na atividade pesqueira, e, portanto, são diretamente impactadas. Além destas, as comunidades de agricultores familiares de Caraguatatuba também são sujeitos prioritários, devido à proximidade com a UTGCA e a identificação de problemas ambientais e conflitos destas comunidades com o empreendimento.

Ao final do processo de diagnóstico participativo, seis temas surgiram em todos os municípios. A priorização dos temas pelos grupos sociais foi um momento ao mesmo tempo de descontração, de brincadeiras, de *boca de urna*, mas importante do ponto de vista da cidadania, pois, entre tantos temas caros e essenciais para o grupo, este teve a oportunidade de explicitar suas prioridades conforme **Quadro VI.1.**

---

<sup>26</sup> Incluindo as comunidades de Ilhabela: Bonete, Praia Mansa, Vermelha, Canto da Lagoa e Canto do Ribeirão/ Castelhanos e Serraria que iniciaram a participação no PAPP após o término do diagnóstico participativo do PEA-SP.

**Quadro VI.1 - Temas socioambientais priorizados no Litoral Norte**

Temas socioambientais priorizados no Litoral Norte
Fortalecimento da organização comunitária para participação na gestão ambiental, visando parcerias, benefícios e melhorias
Informações sobre legislação ambiental, de pesca e competências das instituições (ordenamento, fiscalização e licenciamento)
Articulação com órgãos responsáveis pelo ordenamento terrestre (Fundação Florestal, CETESB e Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Secretarias municipais de meio ambiente)
Articulação com órgãos responsáveis pela gestão da zona marítima (IBAMA, Marinha, Ministério da Pesca, Polícia Ambiental, GERCO, Instituto de Pesca do ESP, Fundação Florestal)
Informações sobre os royalties e sua aplicação
Informações e capacitações em temas diversos incluindo cooperativismo, associativismo, formação para melhoria profissional

Os temas formulados foram muito semelhantes entre as comunidades<sup>27</sup>. Pode-se concluir que as semelhanças derivam do mesmo processo histórico de fragilização de seus modos de vida e de seu papel no jogo de forças e interesses do desenvolvimento econômico planejado para a região tornando esses grupos vulneráveis tanto do ponto de vista socioeconômico como do ambiental. São também complementares entre si, apresentando-se o fortalecimento das organizações locais como essencial para se alcançar as premissas básicas do Programa de Educação Ambiental na perspectiva apontada pelo IBAMA nas suas orientações pedagógicas:

“O Programa de Educação Ambiental deverá garantir a participação dos diferentes atores sociais, afetados direta ou indiretamente pela atividade objeto do licenciamento, em todas as etapas do processo. Deverá, ainda, proporcionar meios para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades e contribuir para o desenvolvimento de atitudes, visando à participação individual e coletiva na gestão do uso sustentável e na conservação dos recursos ambientais, bem como, na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade ambiental (meios físico, natural e sociocultural)” (IBAMA, 2005:8).

<sup>27</sup> O detalhamento dos temas socioambientais priorizados pelas 40 comunidades do litoral norte está nos anexos de descritivo do DP por comunidade que acompanham os relatórios municipais.

Conforme observado em campo e apontado por diversos estudos (Instituto de Pesca, 2012; Soma/Petrobras, 2009; Plano de Manejo PEIb, 2010; ITESP, 2000) a maior parte das comunidades diagnosticadas no DP possuem escolaridade muito baixa. Portanto, para além do processo de licenciamento ambiental, seria oportuno que agentes do poder público (federação, estado ou município) implantassem, para essas comunidades com alto grau de analfabetismo, cursos como o EJA – Ensino de Jovens e Adultos (oferecido pelo governo do estado de São Paulo) ou ainda o programa de alfabetização de pescadores do Ministério da Pesca e Aquicultura, como suporte e/ou complemento das ações previstas no PEA-SP

De maneira geral o tema prioritário foi o fortalecimento da organização social local, seja ela formal ou não, com objetivos diversos e complementares.

Os grupos de caiçaras, pescadores artesanais, quilombolas ou caipiras/sitiantes, definidos no PEA-SP como sujeitos prioritários do processo educativo, sentem intuitivamente ou percebem conscientemente que a sobrevivência e manutenção da cultura e de sua reprodução social e econômica passa pela organização, fato este que pode ser avaliado pela construção das matrizes, pelo apontamento de fragilidades, por depoimentos/falas além da reação dos participantes quando da exibição do vídeo *Tree Lead India* (**ver Anexo II**) ou de atividades lúdicas que associavam as conquistas do grupo a união, organização e perseverança.

Para que ocorra um efetivo fortalecimento da organização comunitária é necessário que o PEA desenvolva um processo educativo com os grupos prioritários para a participação qualificada na tomada de decisão, que tenha o tema dos direitos fundamentais e da legislação ambiental e de pesca como conteúdo a ser trabalhado. Além disso, o entendimento da legislação é essencial e fundamental para o desenvolvimento dos demais temas ligados à articulação com órgãos responsáveis pelo ordenamento marítimo e terrestre. Da mesma forma, são conhecimentos fundamentais para a compreensão

do funcionamento do sistema de *royalties* e das potencialidades de associativismo e cooperativismo.

As ações do processo educativo dos grupos prioritários deverá favorecer uma articulação com órgãos responsáveis pelo ordenamento terrestre e marítimo, servindo para o estabelecimento de acordos para a gestão compartilhada dos territórios de uso comum e possibilitará a intervenção qualificada dos grupos prioritários na defesa de seus interesses frente aos demais interesses nas diversas atividades marítimas e terrestres realizadas (pesca industrial, amadora, indústria do petróleo, turismo, conservação ambiental, atividade portuária, tráfego, entre outros). Essa intervenção poderá ocorrer em diversos momentos do processo participativo, seja nos instrumentos de planejamento do uso do território, nas consultas públicas para instalação de unidades de conservação ou nos processos de licenciamentos ambientais dos empreendimentos.

A articulação no contexto da gestão e ordenamento territorial se mostra de grande importância na medida em que o diagnóstico apontou que a dificuldade de resolver parte dos problemas levantados e de melhorar as potencialidades identificadas estão diretamente relacionadas à falta de conhecimento do que versa a legislação ambiental e quais são as atribuições dos diversos órgãos, bem como a falta de capacidade dos grupos prioritários em manusear os instrumentos da gestão ambiental pública.

Ao transformar essa demanda em tema, os grupos prioritários perceberam a importância vital de participação em espaços organizados de discussão e intervenção como as reuniões e audiências para construção dos Planos Diretores, os conselhos gestores das UCs e a abertura de canal de diálogo com os órgãos ambientais que atuam nas diferentes instâncias de governo com influência direta na vida dos grupos sociais (IBAMA, CETESB, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Secretaria do Patrimônio da União, secretarias municipais de meio ambiente e outros).

Dessa forma, os sujeitos prioritários da ação educativa esperam se tornar parceiros dos órgãos ambientais na defesa do território marítimo e terrestre, considerando que *“a própria comunidade se constitui em um parceiro vital na defesa dos seus recursos naturais, desde que sensibilizada e capacitada para tal.”* (IBAMA, 2005:07).

Cabe salientar que a demanda por informações diversas variou conforme as potencialidades, problemas e conflitos existentes nas comunidades e englobou associativismo, cooperativismo, informação sobre manipulação, beneficiamento, comercialização do pescado, maricultura e gestão de negócios; informação sobre ecoturismo; sobre saneamento básico relacionado à saúde e sobre melhores fontes alternativas de energia.

O tema “informação sobre os *royalties* e suas formas de aplicação” esteve presente na maior parte das comunidades. Como já citado neste relatório, os pescadores entendem que tem direito à aplicação de uma parcela desse recurso uma vez que *“são os mais impactados”*. Como atualmente estão em discussão na esfera jurídica as normativas que ordenarão os critérios para a distribuição e aplicação dos *royalties*, decorrente da promissora província petrolífera do pré-sal é de extrema importância à participação das comunidades do litoral norte nesta discussão para o controle social da distribuição e aplicação dos *royalties*.

Analisando o **Quadro VI.1** percebe-se que a propositura dos projetos do PEA-SP deverão seguir em duas direções essenciais:

1. Fortalecer a organização social para que os grupos sociais possam de forma qualificada intervir e atuar em espaços públicos (reuniões, audiências, fóruns de discussão, conselhos) de maneira que suas reivindicações, seus direitos e potenciais sejam considerados e atendidos.
2. Fortalecer a organização social para consolidação dos arranjos produtivos da pesca/maricultura, da agricultura familiar, do turismo focado na disseminação da cultura local.



O PEA-SP poderá realizar ações conjuntas e em comum conforme o arranjo produtivo das comunidades, ou seja, poderão ser trabalhadas de forma articulada, agrupando as comunidades de pesca artesanal, os agricultores familiares e as comunidades mais focadas no turismo ligado a cultura local.

Inicialmente as ações conjuntas e em comum deverão ser realizadas no âmbito do município e conforme o amadurecimento do processo educativo poderão se estender para ações em nível regional (litoral norte) até chegar à articulação estadual.

Dentro da questão do fortalecimento da organização social para a participação qualificada nos espaços públicos de discussão e decisão e para a consolidação do arranjo produtivo, é importante realizar ações relacionadas à inclusão de mulheres e jovens nas comunidades, já que se observou a baixa participação destes atores sociais nas atividades produtivas tradicionais e nas tomadas de decisão. Por outro lado, se observou o predomínio entre os participantes do diagnóstico de homens com faixa etária entre 30 e 60 anos, que relataram com frequência sobre o desgaste e desânimo na promoção de mudanças na melhoria de vida e do modo de produção, se consideram envelhecidos e não incentivam a entrada de jovens na cadeia de produção de pesca. Assim um trabalho intragrupo poderá reverter o cenário atual de descrédito na capacidade de mudança e fortalecer a participação dessas comunidades na busca de redução da desigualdade social estabelecida na região.

Como estratégia de aproximação para essa nova etapa do PEA-SP recomenda-se iniciar o processo trazendo como conteúdo as informações elencadas pelos grupos e que servirão de mote para iniciar o longo e cuidadoso processo de *empoderamento* dos grupos sociais priorizados durante o Diagnóstico Participativo.

## VII - PERFIL DOS PROFISSIONAIS QUE CONDUZIRAM O PEA-SP - LITORAL NORTE

### Quadro VII-1 - Perfil dos profissionais envolvidos no DP do Litoral Norte

Nome	Perfil do profissional	Função
Sueli H. Kakinami	Bióloga com especialização em Saneamento Básico e Mestre em Ciências da Engenharia ambiental. Experiência de 21 anos em atividades de licenciamento ambiental e programas de educação ambiental, comunicação social e comunidades tradicionais.	Coordenadora geral
Márcia Nunes	Geógrafa com mestrado em geografia física pela Universidade de São Paulo e especialista em gestão ambiental. Tem experiência na condução de diagnóstico participativo com comunidades tradicionais; com projetos de educação ambiental com comunidades litorâneas e de diagnósticos socioambientais.	Coordenadora local Litoral Norte
Lucas Camba Garcia	Geógrafo com experiência na elaboração de diagnósticos ambientais de EIA/RIMA e execução dos PEAs - Programas de Educação Ambiental e de DPs – diagnósticos participativos; Realização de consultoria para identificação e mapeamento de comunidades tradicionais no sul da Bahia.	Técnico de campo
Luciana Calvo Dorta	Relações Públicas com especialização em Educação Ambiental. Tem experiência em programas de educação ambiental e comunicação social com comunidades rurais e urbanas afetadas por empreendimentos em licenciamento.	Técnico de campo
Claudiana Soares	Engenheira Agrônoma com Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável. Experiência profissional de 12 anos em atividades com comunidades tradicionais	Coordenadora local Litoral Sul
Renata Datrino	Socióloga, com bacharelado e mestrado na área de relações sociais, poder e cultura. Experiência em trabalhos de relacionamento comunitário; diagnóstico socioambiental.	Técnico de campo
Maytê Benicio Rizek	Geógrafa com mestrado em ciência ambiental. Tem experiência em levantamento de dados socioeconômicos com comunidades extrativistas, assim como com populações urbanas.	Coordenadora local Litoral Centro
Raquel Colombo	Bacharel em Ciências Biológicas pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo-USP com experiência de três anos na área técnica do meio biótico em empresa de Engenharia Ambiental, atuando nas áreas de Educação Ambiental, licenciamento ambiental e estudos de fauna.	Técnico de campo
Maricelma dos Santos Faro Borges -	Técnica em Turismo. Caiçara natural da praia do Camaroeiro/Caraguatatuba um dos grupos sociais incluídos no PEA-SP. Fez trabalho assistencial em comunidades isoladas da Ilhabela pela Pastoral do Mar; coordenou grupos de jovens e de crianças pela Pastoral da Criança.	Agente local
Adelino B. Luiz	Técnico em gestão ambiental – experiência em projetos de recuperação florestal.	Agente local
Izabela de Souza	Estudante de biologia. Professora do fundamental II com crianças em sua maioria filhos de pescadores e quilombolas.	Agente local
Rafael Guedes	Oceanógrafo, com experiência como monitor de educação ambiental e ecoturismo em UCs do litoral centro e norte de São Paulo.	Agente local



**Figura VII.1 - Praia da Enseada (São Sebastião)**

## VIII - BIBLIOGRAFIA

ANELLO, L.F.S. *Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução.* Rio Grande, Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, UFRG. 2009.

ARCADIS Tetraplan. *Avaliação Ambiental Estratégica-AAE. Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore – Litoral Paulista.* 2010

BAILEY, K. D. *Methods of social research.* New York: The Free Press, 1982.

BERNARD, H.R. *Research methods in cultural anthropology.* Newbury Park: Sage Publications, 520 p. 1988.

BRETON, Y. et al. In: Diegues, A.C. Mobilização de Pescadores e Política Municipal em São Sebastião. *Enciclopédia Caiçara. Volume 3. O Olhar Estrangeiro.* São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2005.

BRETON, Y e ESTRADA, E.L. *Ciencias sociales y desarrollo de las pesquerías: modelos y métodos aplicados al caso de México.* DF. Instituto Nacional de Antropologia y Historia. 1989.

CALVENTE, M. Del C. M. H. *Turismo, Identidade Territorial e Desterritorialização: Do Território do Azul-Marinho ao Novo Senhor do Curral.* Pesquisa de Pós-Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia. FFLCH, Universidade de São Paulo, 224p. 2012.

CALVENTE, M.C. Ilhabela: Turismo e Território. In. *Geografia*, Londrina, v.8, n.1: 29-36. 1999.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 376p. 2001.

CARDOSO, E. S. Geografia e Pesca: Aportes para um modelo de gestão. *Revista do Departamento de Geografia*, 14, 2001, 79 – 88.

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE (UGRHI 03). *Plano de Bacias 2008-2011*. Ubatuba. 2009 Disponível em: [http://www.cbhln.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10&Itemid=6](http://www.cbhln.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=6). Acessado em outubro de 2012.

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE (UGRHI 03). *Histórico do GT Comunidades Isoladas*. Ubatuba. 2012. Disponível em [http://www.cbhln.com.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=17&Itemid=26](http://www.cbhln.com.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=17&Itemid=26). Acessado em outubro de 2012.

CUNHA, L. H. de O. Conhecimento e práticas tradicionais. *Seminários Interdisciplinares: Paisagem e Cultura Caiçara*. São Paulo, 2001 (NUPAUB/USP).

CRUZ, R.C.A. *Geografias do Turismo de Lugares a Pseudo Lugares*. São Paulo, Roca, 2007.

DIEGUES, A.C.S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 287p. 1983.

DIEGUES, A.C.S.; ARRUDA, R.S.V. (orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 176p. 2001.

DIETZ, D.A. *Influência das Organizações Sociais no Modelo de Desenvolvimento Local: O Desenvolvimento a partir da Comunidade de Pescadores Profissionais Artesanais de Tramandaí – RS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2011.

ESTADO DE SÃO PAULO, *Pino promove reunião técnica em São Paulo*. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/noticias/?ID=1479>. Acesso em outubro de 2012.

FUNDAÇÃO FLORESTAL (São Paulo). *Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilhabela*. Relatório Preliminar. São Paulo. 2012.

FURLAN, S. A. As Ilhas do Litoral Paulista: Turismo e Áreas Protegidas. In: Diegues, A.C. *Ilhas e Sociedades Insulares*. São Paulo. NUPAUB - USP, 1997.

FURLAN, S. A. *Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de*



*Ilhabela na Ilha de São Sebastião – SP*. São Paulo. Tese (Doutorado) Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Orientações pedagógicas para elaboração e implementação de programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural*. Brasília. IBAMA. 2005.

INSTITUTO DE PESCA. *Estudo do Agronegócio da Pesca: Monitoramento da Atividade Pesqueira nas Áreas de Influência dos Empreendimentos de Exploração e Produção de Gás e Condensado na Bacia de Santos – Relatório de Consolidação Final – Março de 2008 a Setembro de 2011*, São Paulo. 211pp. 2012

INSTITUTO EKOS BRASIL. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM)*. Disponível em: [http://www.ekosbrasil.org/default.asp?site\\_Acao=MostraPagina&PaginAld=1928](http://www.ekosbrasil.org/default.asp?site_Acao=MostraPagina&PaginAld=1928). Consulta realizada em agosto de 2012.

INSTITUTO POLIS. *Projeto Litoral Sustentável*. Disponível em: [litoralsustentavel.org.br](http://litoralsustentavel.org.br) Consulta realizada em setembro de 2012

LAYRARGUES, P. P. *Educação para Gestão Ambiental: A Cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais*. 1998. Disponível em: [www.scielo.org/php/index.php](http://www.scielo.org/php/index.php). Acesso em outubro de 2012.

LEITE, I.B. O Projeto Político Quilombola: Desafios, Conquistas e Impasses Atuais. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(3):424 setembro-dezembro/2008 - UFSC, 2008.

LOUREIRO, C.F.B. & CUNHA, C.C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, v. XI, n.2: 237-253. 2008.

LUCHIARI, M.T.D.P. *O lugar no mundo contemporâneo: Turismo e urbanização em Ubatuba – SP*. Campinas. Tese de doutorado – UNICAMP – SP. 1999.

MALDONADO, W.T.P.V. *Da mata para o mar: a construção da canoa caíçara em Ilhabela/SP*. São Paulo. Dissertação de mestrado. PROCAM - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - USP. 152p. 2001.

MERLO, M. *Memória de Ilhabela: faces ocultas, vozes no ar*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2000.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). *Pesca Artesanal*. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>. Acessado em outubro de 2012.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). *Pronaf Pesca*. Disponível:

[http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=10636432](http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=10636432)

Acessado em outubro de 2012.

MOREIRA Junior, W. Considerações sobre a cadeia produtiva do pescado artesanal na Baixada Santista – SP. In: *Cadernos CERU*, série 2, v.21, nº1, junho de 2010.

MOURÃO, F. A. A. *Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo. 1971.

NUNES, M. *Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP*. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Geografia Física - Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 152p + anexos. 2003.

PAES, S.R. *Espaço da vida, espaço da morte na trajetória caiçara. Araraquara*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UNESP/F.C.L. 115p. 1998.

PAIVA, A.P. *Transformações e Conservação da Paisagem Costeira: considerações sobre o município de São Sebastião – SP*. São Paulo, Dissertação de Mestrado – FAU-USP. 2007.

POFFO, I.R.F et al. A História dos 27 anos de Vazamento de Óleo no Litoral Norte do Estado de São Paulo (1974 – 2000). In: *Revista Meio Ambiente Industrial n. 30*: 98-104. 2001.

POFFO, I.R.F. *Vazamento de Óleo no Litoral Norte do Estado de São Paulo: Análise Histórica (1974 – 1999)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PROCAM – USP. 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA. *Plano Municipal de Habitação*. Disponível em:

[http://portaldecaragua.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2374&Itemid=63](http://portaldecaragua.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2374&Itemid=63). Acesso em outubro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA. *Plano Municipal Plurianual de Desenvolvimento Sustentável Rural e da pesca*. 2010. Disponível em: <http://www.caraguatuba.sp.gov.br>.. Acesso em outubro de 2012.

REIS, H. S. *O espaço portuário de São Sebastião no contexto da geografia portuária brasileira*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. FFLCH – USP. 2011.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 476p. 1998.

SABESP. *Plano Diretor de Saneamento Básico dos municípios operados pela Sabesp na Bacia Hidrográfica do Litoral Norte - UGHRI 03*. Relatório Parcial 2. São Paulo, 2010.

SABESP. *Projeto Onda Limpa*. Disponível em: [http://www.saneamento.sp.gov.br/crbst\\_3.html](http://www.saneamento.sp.gov.br/crbst_3.html) 2012. Acesso em outubro de 2012.

SEABRA et al. A Promissora província petrolífera do pré-sal. *Revista Direito GV*. São Paulo, 2010.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br). Consulta realizada em outubro de 2012.

SECKENDORFF R.W. & AZEVEDO, V.G. A Atuação de grandes embarcações pesqueiras na região costeira: O conflito de uso no Litoral Norte do Estado de São Paulo. In: *Série Relatórios Técnicos*, São Paulo, n.31, Instituto de Pesca, 2007.

SILVA, L.G. (coord). *Os pescadores na história do Brasil: colônia e império*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, N.J.R & GRAÇA LOPES, R. Plano de Extensão Rural e Pesqueira para o litoral paulista. Instituto de Pesca In: *Série. Relatórios Técnicos*, São Paulo. n. 44:1-53. ISSN 1678-2283.2010

SOMA/PETROBRAS, *Programa da Ação Participativa para a Pesca Artesanal*. Volumes Municipais, 2009.

TEIXEIRA, L. *et al*. Megaprojetos no Litoral Norte, Brasil: uma avaliação integrada. Trabalho apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto. Organizado pela Associação Brasileira de Avaliação de Impacto. São Paulo, 2012.

THIOLLENT, MI. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 7 ed. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação). 108 p. 1996.

## IX - RESPONSÁVEL TÉCNICO

A descrição do responsável técnico pelo projeto está descrita na **Quadro IX-1** a seguir:

**Quadro IX-1 - Responsável Técnico pelo projeto**

NOME	Sueli Harumi Kakinami
ÁREA PROFISSIONAL	Ciências Biológicas
REGISTRO PROFISSIONAL	CRBio 14.450-1/D
CADASTRO IBAMA	325015
ASSINATURA	